



**LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE JOANÓPOLIS**



**CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE JOANÓPOLIS  
2008**

4ª Edição  
Legislação Complementar



# **Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis**

## **Sumário**

Histórico do Município  
Poder Executivo Municipal  
Poder legislativo Municipal

## **Lei Orgânica do Município de Joanópolis**

### **TÍTULO I**

#### **Das Disposições Preliminares**

#### **CAPÍTULO I**

##### **Do Município**

(Arts. 1º a 6º)

#### **CAPÍTULO II**

##### **Dos Objetivos Fundamentais do Município**

(Art. 7º)

### **TÍTULO II**

#### **Dos Direitos e Garantias Fundamentais**

(Arts. 8º e 9º)

### **TÍTULO III**

#### **Da Competência Municipal**

(Arts. 10 e 11)

### **TÍTULO IV**

#### **Do Governo Municipal**

#### **CAPÍTULO I**

##### **Dos Poderes Municipais**

(Art. 12)

#### **CAPÍTULO II**

##### **Do Poder Legislativo**

Seção I - Da Câmara Municipal (arts. 13 a 15)

Seção II - Da Posse (art. 16)

Seção III - Das Atribuições da Câmara Municipal (arts. 17 e 18)

Seção IV - Do Exame Público das Contas Municipais (arts. 19 e 20)

Seção V - Da Remuneração dos Agentes Políticos (arts. 21 a 26)

Seção VI - Da Eleição da Mesa (art. 27)

Seção VII - Das Atribuições da Mesa (art.28)

Seção VIII - Das Sessões (arts. 29 e 34)

Seção IX - Das Comissões (arts. 35 e 37)

Seção X - Do Presidente da Câmara Municipal (arts. 38 e 39)

Seção XI - Do Vice - Presidente da Câmara Municipal (art. 40)

Seção XII - Do secretário da Câmara Municipal (art. 41)

Seção XIII - Dos Vereadores

Subseção I - Disposições Gerais (arts. 42 a 44)



# **Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis**

- Subseção II - Das Incompatibilidades (arts. 45 e 46)
- Subseção III - Do Vereador Servidor Público (art. 47)
- Subseção IV - Das Licenças (art. 48)
- Subseção V - Da Convocação de Suplentes (art. 49)
- Seção XIV - Do Processo Legislativo
- Subseção I - Disposição Geral (art. 50)
- Subseção II - Das Emendas a Lei Orgânica Municipal (art.51)
- Subseção III - Das Leis (arts. 52 a 63)

## **CAPÍTULO III Do Poder Executivo**

- Seção I - Do Prefeito Municipal ao Vice – Prefeito (arts. 64 a 71)
- Seção II - Da Perda ou Extinção de Mandato (arts. 72 a 76)
- Seção III - Das Licenças (arts. 77 e 78)
- Seção IV - Das Atribuições do Prefeito (art. 79)
- Seção V - Da Transição Administrativa (arts. 80 e 81)
- Seção VI - Dos Auxiliares Diretos do Prefeito Municipal (arts. 82 a 84)
- Seção VII - Da Consulta Popular (arts. 85 a 88)

## **TÍTULO V Da Administração Municipal**

### **CAPÍTULO I Disposições Gerais (Arts. 89 a 97)**

### **CAPÍTULO II Dos Atos Municipais**

- Seção I - Da Publicidade dos Atos Municipais (arts. 98 e 99)
- Seção II - Dos Livros (art. 100)
- Seção III - Dos Atos Administrativos (art. 101)
- Seção IV - Das Proibições (arts. 102 e 103)
- Seção V - Das Certidões (art. 104)

### **CAPÍTULO III Dos Atributos Municipais (Arts. 105 a 113)**

### **CAPÍTULO IV Dos Preços Públicos (Arts. 114 e 115)**

### **CAPÍTULO V Dos Orçamentos**

- Seção I - Disposições Gerais (art. 116)
- Seção II - Das Vedações Orçamentárias (art. 119)
- Seção III - Das Emendas aos Projetos Orçamentários (art. 120)
- Seção IV - Da Execução Orçamentária (arts. 121 a 124)
- Seção V - Da Gestão da Tesouraria (arts. 125 a 127)
- Seção VI - Da Organização Contábil (arts. 128 e 129)
- Seção VII - Das Contas Municipais (art. 130)
- Seção VIII - Das Prestações e Tomadas de Contas (art. 131)
- Seção IX - Do Controle Integrado (art. 132)



# **Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis**

## **CAPÍTULO VI**

### **Da Administração Dos Bens Patrimoniais** (Arts. 133 a 142)

## **CAPÍTULO VII**

### **Das Obras e Serviços Públicos** (Arts. 143 a 156)

## **CAPÍTULO VIII**

### **Dos Distritos**

Seção I - Disposições Gerais (arts. 157 a 161)

Seção II - Do Administrador Distrital (arts. 162 e 163)

## **CAPÍTULO IX**

### **Do Planejamento Municipal**

Seção I - Disposições Gerais (arts. 164 a 169)

Seção II - Da Cooperação das Associações no Planejamento Municipal (art. 170)

## **CAPÍTULO X**

### **Da Ordem Econômica, Social e da Segurança Pública**

Seção I - Disposições Gerais (arts. 171 a 177)

Seção II - Da Política Econômica (arts. 178 a 187)

Seção III - Da Política Urbana - (art. 188)

Seção IV - Da Política Rural (arts. 189 e 190)

Seção V - Da Saúde (arts. 191 a 193)

Seção VI - Da Educação, Cultura e do Desporto (arts. 194 a 206)

Seção VII - Da Previdência e Assistência Social (arts. 207 e 208)

Seção VIII - Do Meio Ambiente (arts. 209 a 215)

Seção IX - Da Guarda Municipal (art. 216)

## **TÍTULO VI**

### **Disposições Finais e Transitórias** (Arts. 217 a 223)

## **Histórico**

Joanópolis, antiga São João do Currealinho, foi fundada no ano de 1878. Em território pertencente ao então município de Santo Antonio da Cachoeira, atual Piracaia. Deve - se sua fundação a um pugilo de habitantes do bairro que costumemente se reuniam junto a um grande cruzeiro, localizado onde se acha a matriz, para festejar, no dia 24 de Junho, o transcurso do dia de São João Batista. Em 1878, por ocasião dos festejos, ficou resolvido que daquele ano em diante se nomeassem festeiros, em cada ano para o ano seguinte, sendo aclamados desde logo, patrocinadores da festa vindoura os senhores Anselmo Gonçalves Caparica e Ambrosina Pinto. Tiveram eles a idéia de levantar, uma pequena igreja nas proximidades do cruzeiro para melhor agasalhar as festividades. A idéia tomou forma, pois dentro em pouco todos cooperaram para o erguimento da capela que teve a invocação de São João Batista. Os senhores João José Batista Nogueira e Luiz Antônio Figueiredo ofereceram um terreno necessário, constituído de 4, 5 alqueires e o Sr. Anselmo Caparica, que nivelou e alinhou o terreno da futura praça seguindo - se a construção das demais casas que construíram o povoado. Apelando ao Bispo Diocesano, D. Lino Deodato de Carvalho, conseguiu - se ordem da missa por quatro anos e a nomeação do Padre Fernandes Deroza para pároco; nesse mesmo ano, no dia 24 de Junho, com grandes festividades, foi colocada no altar da nova Capela a imagem de São João Batista, padroeiro do lugar. O povoado foi elevado à categoria de distrito de paz pelo Decreto nº 135, de 03 de Março de 1891 revogado pela Lei nº 54, de 09 de Agosto de 1892; restaurado pela Lei nº 207, de 30 de Agosto de 1893 e pelo decreto nº 348 de 17 de Agosto de 1895 foi



# **Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis**

elevado a município, tendo sido instalado em 20 de Agosto de 1896. Teve seu nome mudado para Joanópolis pela Lei nº 1578, de 18 de Dezembro de 1917.

E no dia 23 de janeiro de 2001 o município de Joanópolis foi elevado à categoria de Estância Turística através da Lei Estadual nº 10.759.

## **Localização**

Joanópolis está localizada entre as Serras da Mantiqueira e do Guirra, na zona fisiográfica Cristalina do Norte e suas coordenadas geográficas são: 22°57' de Latitude Sul e 46°17' Longitude W GR.

Dista da capital 76Km em linha reta e 100Km pela Rodovia Fernão Dias até Atibaia e pela Rodovia D. Pedro I até o início da SP - 36 que liga Piracaia a Joanópolis.

O Município de Joanópolis pertence a região de Campinas sub - região de Bragança Paulista, limitando - se com o estado de Minas Gerais através dos municípios de Extrema e Camanducaia e Vila Monte Verde; com os Municípios paulistas de São José dos Campos, Piracaia e Bragança Paulista.

Possui uma área de 377Km quadrados, com altitude mínima de 850m onde se localiza a represa do Sistema Cantareira - SABESP e altitude máxima de 2.070m. A cidade está a 1.000m de altitude. A temperatura média anual é de 19°C e a pluviosidade anual média é de 1.600mm e seu clima é temperado, com inverno menos seco. Sua população aproximada é de 11.000 habitantes sendo: 7.000 na cidade e 4.000 na zona rural e conta com 8.282 eleitores.

## **Bacia Hidrográfica**

O município é riquíssimo em águas através de rios próprios: Rio Cachoeira, Rio Jacaré, Rio Correnteza, Rio Can - Can e dezenas de córregos e ribeirões que são nascentes da Bacia do Rio Piracicaba: sendo integrantes do Sistema Cantareira, ainda sem poluição, que fornecem suas águas para São Paulo, Capital.

## **Atrações Turísticas**

Joanópolis tem um grande potencial turístico através de suas belezas naturais, clima excelente e águas puras.

A Represa dos Rios Jaguari e Jacaré com aproximadamente 2,5 bilhões de metros cúbicos de água e 50km quadrados de área coberta.

Nos inúmeros rios de Joanópolis existem dezenas de cachoeiras em águas límpidas e sem poluição, destacando-se entre elas a Cachoeira dos Pretos, com 154 m de quedas.

A cidade, de traçado moderno e belas praças, está situada na parte menos acidentada do município, cercada por um Curral de Montanhas, de onde se avista o Pico do Lopo com 1.725 m de altitude, que forma a imagem do "Gigante Adormecido".

Outros pontos turísticos são: Pedra do Carmo, com 1.900 m; Pico do Selado, com 2.070m.

## **Economia do Município**

É baseada na agricultura e pecuária, comércio e turismo. O município pertence a comarca de Piracaia. A cidade conta com o serviço da Telefônica integrado com a Capital (DDD); Sabesp com 100% de atendimento em águas e esgotos; Elektro atende a cidade e toda zona rural. Possui um hospital e um Centro de saúde; duas agências bancárias: Banco do Brasil e Nossa Caixa; uma escola estadual de 1º e 2º graus, três escolas municipais de 1º grau; uma pré-escola; duas creches municipais, conta com sistema de TV com UHF e também recebe sinais diretos de São Paulo pelo sistema VHF.

## **Origem do Nome**

Nome de fundação, São João do Curralinho, por estar situada num curral de montanhas, posteriormente, Joanópolis que quer dizer cidade de João.



# **Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis**

## **Prefeito**

José Garcia da Costa

## **Vice - Prefeito**

Dr. Braz Giudice Netto

## **Mesa Diretora**

Presidente - Luis Carlos Nassif.

Vice – Presidente - Antonio Garcia da Costa.

1º Secretário - Benedito Ignácio Giudice.

2º Secretário - Armando de Oliveira.

## **Comissão do Poder Legislativo**

Presidente - Nelson Lopes.

Relator - Luis Júlio Custódio.

Membro - Sebastião Migliorini.

## **Comissão do Executivo e Administração Pública.**

Presidente - Armando de Oliveira.

Relator - João Carlos da Silva Torres.

Membro - Antonio Garcia da Costa.

## **Comissão da Ordem Econômica e Social e dos Interesses das Pessoas do Município e do Meio Ambiente.**

Presidente - José Aparecido de Souza Bueno.

Relator - Benedito Ignácio Giudice.

Membro - Antonio Garcia da Costa.

## **Comissão de Sistematização.**

Presidente - Armando de Oliveira.

Relator - Benedito Ignácio Giudice.

Membro - Vera SAGRARIA Guimarães.

## **Lei Orgânica do Município**

**de**

**Joanópolis**

O Povo do Município de Joanópolis, consciente de sua responsabilidade na efetiva realização do estado democrático de direito, por seus Vereadores investidos no Poder Constituinte, promulga, sob a proteção de Deus, a seguinte Lei Orgânica do Município de Joanópolis, Estado de São Paulo.

Promulgada em 3 de Abril de 1990.

## **TÍTULO I Das Disposições Preliminares**

### **CAPÍTULO I Do Município**



# **Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis**

**Art. 1º** O Município de Joanópolis, pessoa jurídica de direito público interno, é unidade territorial que integra a organização político - administrativa da República Federativa do Brasil, dotado de autonomia política, administrativa, financeira e legislativa nos termos assegurados pela Constituição da República, pela Constituição do Estado e por esta Lei Orgânica.

**Art. 2º** O território do Município poderá ser dividido em distritos, criados, organizados e suprimidos por lei municipal, observada a legislação estadual, a consulta plebiscitária e o disposto nessa Lei Orgânica.

**Art. 3º** O Município integra a divisão administrativa do Estado.

**Art. 4º** A sede do Município dá - lhe o nome e tem a categoria de cidade, enquanto a sede do Distrito tem a categoria de vila.

**Art. 5º** Constituem bens do Município todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que a qualquer título lhe pertençam.

**Parágrafo único.** O Município tem direito à participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para quaisquer fins e de outros minerais de seu território.

**Art. 6º** São símbolos do Município, o Brasão, a Bandeira e outros estabelecidos em Lei Municipal.

## **CAPÍTULO II**

### **Dos Objetivos Fundamentais Do Município**

**Art. 7º** São objetivos fundamentais do município:

- I** - constituir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II** - garantir o desenvolvimento do município;
- III** - erradicar a pobreza e a marginalidade;
- IV** - reduzir as desigualdades sociais;
- V** - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, cor, sexo, religião e quaisquer outras formas de discriminação;
- VI** - garantir a efetivação dos direitos humanos, individuais e sociais.

## **TÍTULO II**

### **Dos Direitos e Garantias Fundamentais**

**Art. 8º** Todos são iguais perante a lei, sem nenhuma distinção, garantindo - se aos brasileiros e estrangeiros residentes no Município a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade nos termos da Constituição Federal.

**Art. 9º** São direitos sociais dos munícipes, na forma estabelecida pela Constituição Federal:

- I** - a educação;
- II** - a saúde;
- III** - o trabalho;
- IV** - o lazer;
- V** - a segurança;
- VI** - a previdência;
- VII** - a proteção à maternidade e à infância;
- VIII** - a assistência aos desamparados.

## **TÍTULO III**

### **Da Competência Municipal**



# **Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis**

**Art. 10.** Compete ao Município;

**I** – legislar sobre assuntos do interesse local;

**II** – suplementar a legislação federal e estadual no que couber;

**III** - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar as suas rendas sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

**IV** - criar, organizar e suprimir distritos, observado o disposto nesta Lei Orgânica e na legislação estadual pertinente;

**V** - instituir a guarda municipal destinada a proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei;

**VI** – organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, entre outros, os seguintes serviços:

- a) transporte coletivo urbano e intermunicipal, que terá caráter essencial;
- b) abastecimento de água e esgotos sanitários;
- c) mercados, feiras e matadouros locais;
- d) cemitérios e serviços funerários;
- e) iluminação pública;
- f) limpeza pública, coleta domiciliar e destinação final do lixo.

**VII** – manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré - escolar e ensino fundamental;

**VIII** – prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

**IX** - promover a proteção dos patrimônios histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual;

**X** - promover a cultura e a recreação;

**XI** - fomentar a produção agropecuária e demais atividades econômicas, inclusive a artesanal;

**XII** - preservar as florestas, a fauna e a flora;

**XIII** – realizar serviços de assistência social, diretamente ou por meio de instituição privadas, conforme os critérios e condições fixadas em Lei Municipal;

**XIV** - realizar programas de apoio às práticas desportivas;

**XV** - realizar programas de alfabetização;

**XVI** - realizar atividades de defesa civil, inclusive a de combate a incêndios e prevenção de acidentes naturais em coordenação com a União e o Estado;

**XVII** - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

**XVIII** - elaborar e executar o plano diretor;

**XIX** - executar obras de:

*Rua Francisco Wolhers, 146 – Centro – CEP 12.980-000 – CNPJ 00.950.072/0001-08*

*PABX: (11) 4888-9800 – JOANÓPOLIS – Estado de São Paulo.*

*e-mail: [cmjoanopolis@uol.com.br](mailto:cmjoanopolis@uol.com.br) – site: [www.camarajoanopolis.sp.gov.br](http://www.camarajoanopolis.sp.gov.br)*





# **Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis**

- a) abertura, pavimentação e conservação de vias;
- b) drenagem pluvial;
- c) construção e conservação de estradas, parques, jardins e hortos florestais;
- d) construção e conservação de estradas vicinais e caminhos municipais;
- e) edificação e conservação de prédios públicos municipais;

**XX - fixar:**

- a) tarifas de serviços públicos, inclusive o dos serviços de táxis;
- b) horário de funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e dos serviços;

**XXI - sinalizar as vias públicas urbanas e rurais;**

**XXII – regulamentar a utilização de vias e logradouros públicos;**

**XXIII – conceder licença para:**

- a) localização, instalação e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços;
- b) afixação de cartazes, letreiros, anúncios, faixas, emblemas e utilização de altos - falantes para fins de publicidade e propaganda.
- c) exercício de comércio eventual ou ambulante.

- d) realização de jogos, espetáculos e divertimentos públicos, observadas as prescrições legais;
- e) prestação de serviços de táxis;

**XXIV - dispor sobre administração, utilização e alienação dos bens públicos;**

**XXV - adquirir bens, inclusive mediante desapropriação;**

- XXVI - organizar e manter os serviços de fiscalização necessários ao exercício de seu poder de polícia administrativa;**

**XXVII – executar programas de construção de moradias populares;**

- XXVIII – incentivar a instalação de indústrias não poluentes no território do Município;**

**XXIX - fomentar o turismo;**

**XXX – estabelecer e impor penalidades por infração de suas leis e regulamentos.**

**Art. 11.** Além das competências previstas no artigo anterior, o Município atuará em cooperação com a União e o Estado para o exercício das competências enumeradas no Art.23 da Constituição Federal, desde que as condições sejam de interesse do Município.

## **TÍTULO IV Do Governo Municipal**

### **CAPÍTULO I Dos Poderes Municipais**

**Art. 12.** O Governo Municipal é constituído pelos poderes Legislativo e Executivo, independentes e harmônicos entre si.



# **Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis**

**Parágrafo único.** É vedada aos poderes Municipais a delegação recíproca de atribuições, salvo nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

## **CAPÍTULO II Do Poder Legislativo**

### **Seção I Da Câmara Municipal**

**Art. 13.** O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal de Joanópolis, composta de nove Vereadores, eleitos para cada legislatura entre cidadãos maiores de dezoito anos, no exercício dos direitos políticos, pelo voto direto e secreto. <sup>1</sup>

**Parágrafo único.** Cada legislatura terá a duração de 04 (quatro) anos.

**Art. 14. Revogado**<sup>2</sup>

**Art. 15.** As deliberações da Câmara Municipal de Joanópolis, bem como de suas comissões, serão tomadas por maioria de votos, perante a maioria absoluta de seus membros, salvo disposição em contrário de seu Regimento Interno ou desta Lei Orgânica. <sup>3</sup>

**Parágrafo único.** É vedado o voto secreto nas deliberações da Câmara Municipal. <sup>4</sup>

### **Seção II Da Posse**

**Art. 16.** A Câmara Municipal de Joanópolis, instalar - se - á no primeiro ano de cada legislatura, no dia 1º de janeiro, às 17 horas, em Sessão Solene, independentemente de número, sob a presidência do Vereador mais votado dentre os presentes. <sup>5</sup>

§ 1º O Vereador que presidir os trabalhos será automaticamente considerado empossado ao prestar o seguinte compromisso: <sup>6</sup>

**“Prometo cumprir a Constituição Federal, a Constituição do Estado de São Paulo e a Lei Orgânica do Município de Joanópolis, observar as Leis, desempenhar o mandato que me foi confiado e trabalhar pelo progresso do Município e bem estar de seu povo”.**

§ 2º Em ato contínuo, feita a chamada, cada Vereador regularmente diplomado, em pé, ratificará o compromisso prestado pelo Presidente dos trabalhos, dizendo: **“Assim o prometo”**, permanecendo os demais sentados e em silêncio. <sup>7</sup>

§ 3º O Presidente dos trabalhos dará posse aos Vereadores que prestarem o referido compromisso. <sup>8</sup>

§ 4º Na hipótese de não se verificar a posse na data prevista neste artigo, deverá ela ocorrer até a primeira sessão ordinária, salvo o motivo justificado, aceito pela Câmara Municipal, aplicando-se, no caso, as estatuições deste artigo, no que couberem. <sup>9</sup>

<sup>1</sup> Alterado o caput do art. 13, conforme Emenda nº 14/2004

<sup>2</sup> Revogado o art.14, conforme Emenda nº 06/99

<sup>3</sup> Alterado art.15, conforme Emenda nº 02/99

<sup>4</sup> Incluso parágrafo único ao art.15, conforme Emenda nº 11/2001

<sup>5</sup> Alterado o art.16, conforme Emenda nº 01/99

<sup>6</sup> Alterado o §1º do art. 16, conforme Emenda nº 01/99

<sup>7</sup> Alterado o §2º do art. 16, conforme Emenda nº 01/99

<sup>8</sup> Alterado o §3º do art. 16, conforme Emenda nº 01/99



# **Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis**

§ 5º No ato da posse, os Vereadores deverão desincompatibilizar-se e, na mesma ocasião e ao término do mandato, deverão apresentar declaração de seus bens, que será transcrita em livro próprio, constando de ata seu resumo.<sup>10</sup>

## **Seção III Das Atribuições da Câmara Municipal**

**Art. 17.** Cabe a Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar sobre as matérias de competência do Município, especialmente no que refere ao seguinte:

**I** – assuntos de interesse local, inclusive suplementando a legislação federal estadual, notadamente no que diz respeito:

- a) à saúde, à assistência pública e à proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;
- b) à proteção de documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, como os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos do Município;
- c) a impedir a evasão, a destruição e descaracterização de obras de arte e outros bens de valor histórico artístico e cultural do Município;
- d) à abertura de meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;
- e) à proteção ao meio ambiente e ao combate à poluição;
- f) ao incentivo à indústria não poluente e ao comércio;
- g) à criação de distritos industriais;
- h) ao fomento da produção agropecuária e à organização do abastecimento alimentar;
- i) à produção de programas de construção de moradias, melhorando as condições habitacionais e de saneamento básico.
- j) ao combate às causas da pobreza e aos fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;
- l) ao registro, ao acompanhamento e à fiscalização das concessões de pesquisa e exploração dos recursos hídricos e minerais em seu território;
- m) ao estabelecimento e à implantação da política de educação para trânsito;
- n) à cooperação com a União e o Estado, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar, atendidas as normas fixadas em lei complementar federal;
- o) ao uso e ao armazenamento de agrotóxicos, seus componentes e a fins;
- p) às políticas públicas do Município.

**II** - tributos municipais, bem como autorizar isenções e anistias fiscais e a remissão de dívidas, desde que justificado o interesse público, sob pena da nulidade do ato;

**III** – orçamento anual, ano plurianual e diretrizes orçamentárias, bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais;

**IV** – obtenção e concessão de empréstimos e operações de créditos, bem como sobre a forma e os meios de pagamento;

**V** - concessão de auxílios e subvenções;

**VI** – concessão e permissão de serviços públicos;

**VII** – concessão de direito real de uso de bens municipais;

**VIII** – alienação e concessão de bens imóveis;

<sup>9</sup> Alterado o §4º do art. 16, conforme Emenda nº 01/99

<sup>10</sup> Alterado o §5º do art. 16, conforme Emenda nº 01/99



# **Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis**

- IX** – aquisição de bens imóveis, quando se tratar de doação;
- X** - criação, organização e supressão de distritos, observada a legislação estadual;
- XI** – criação, alteração e extinção de cargos, empregos e funções públicas e fixação da respectiva remuneração;
- XII** – plano diretor de desenvolvimento integrado;
- XIII** – guarda municipal destinada a proteger bens, serviços e instalações do Município;
- XIV** – ordenamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano;
- XV** – organização e prestação de serviços públicos;
- XVI** – ao incentivo ao turismo.
- Art. 18.** Compete a Câmara Municipal, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:
- I** – eleger a sua Mesa Diretora, bem como destruí-la na forma desta Lei Orgânica e do Regimento Interno;
- II** – elaborar o seu Regimento Interno;
- III** - apresentar Projetos de Lei fixadores dos subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais, dos Vereadores e do Vereador Presidente da Câmara, observadas as disposições da Constituição Federal e desta Lei Orgânica; <sup>11</sup>
- IV** – exercer, com auxílio do Tribunal de Contas ou órgão estadual competente, a fiscalização financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município;
- V** – julgar as contas anuais do Município e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;
- VI** – sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;
- VII** – dispor sobre a organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços e fixar a respectiva remuneração;
- VIII** – autorizar o Prefeito a se ausentar do Município, quando a ausência exceder a 15(quinze) dias;
- IX** – mudar temporariamente a sua sede;
- X** - fiscalizar e controlar, diretamente, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração indireta e fundacional;
- XI** – proceder à tomada de contas do Prefeito Municipal, quando não apresentadas à Câmara Municipal dentro do prazo de 60(sessenta) dias após a abertura da sessão legislativa;

---

<sup>11</sup> Alterado Inciso III do art.18, conforme Emenda nº 07/2000



# **Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis**

**XII** – processar e julgar os Vereadores, na forma desta Lei Orgânica;

**XIII** – representar ao Procurador Geral de Justiça, mediante aprovação de dois terços de seus membros, contra o Prefeito, o Vice - Prefeito e Secretários Municipais ou ocupantes de cargos da mesma natureza, pela prática de crimes contra a Administração Pública que tiver conhecimento;

**XIV** – dar posse ao Prefeito e ao Vice - Prefeito conhecer de sua renúncia e afastá-los definitivamente do cargo, nos termos previstos em Lei;

**XV** – conceder a licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores para afastamento do cargo;

**XVI** – criar comissões especiais de inquérito sobre fato determinado que se inclua na competência da Câmara Municipal, sempre que o requerer pelo menos um terço dos membros da Câmara;

**XVII** – convocar os Secretários Municipais ou ocupantes de cargo da mesma natureza para prestar informações sobre matéria de sua competência;

**XVIII** – solicitar informações ao Prefeito Municipal sobre assuntos referentes à Administração;

**XIX** – autorizar referendo e convocar plebiscito;

**XX** - decidir sobre a perda de mandato de Prefeito, Vice- Prefeito e Vereador;<sup>12</sup>

**XXI** – conceder título honorífico a pessoas que tenham reconhecidamente prestado serviços ao Município, mediante decreto legislativo, aprovado pela maioria de dois terços de seus membros;

**XXII** – dar denominação aos próprios municipais, vias públicas e logradouros públicos;

**XXIII** – deliberar sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo quanto às contas do Prefeito, no prazo de 120 (cento e vinte) dias de seu recebimento, observados os seguintes preceitos:<sup>13</sup>

a) o parecer do Tribunal somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços de seus membros da Câmara;

b) decorrido o prazo estabelecido no *caput* deste inciso, sem deliberação pela Câmara, serão convocadas Sessões Extraordinárias até que a deliberação das contas esteja concluída;<sup>14</sup>

c) o prazo para deliberação das contas ficará suspenso durante o período de aguardo de parecer, jurídico ou contábil, solicitado por Comissão Permanente ou pela maioria absoluta dos Vereadores.<sup>15</sup>

d) rejeitadas as contas, serão estas, imediatamente, remetidas ao Ministério Público para os fins de direito.<sup>16</sup>

§ 1º É fixado em 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, desde que solicitado e devidamente justificado, o prazo para que responsáveis pelos órgãos da Administração direta e indireta do Município prestem informações e encaminhem os documentos requisitados pela Câmara Municipal na forma desta Lei Orgânica.

<sup>12</sup> Alterado Inciso XX do art.18, conforme Emenda nº 11/2001

<sup>13</sup> Alterada a redação do inciso XXIII do art. 18, conforme Emenda à LOM nº 23/2010.

<sup>14</sup> Alterada a redação da alínea “b” do inciso XXIII do art. 18, conforme Emenda à LOM nº 23/2010.

<sup>15</sup> Incluída alínea ao inciso XXIII do art. 18, conforme Emenda à LOM 23/2010.

<sup>16</sup> Alínea “c” passou a constar a como alínea “d”, do inciso XXIII do art. 18, conforme Emenda à LOM 23/2010.



# **Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis**

§ 2º O não atendimento no prazo estipulado no parágrafo anterior faculta ao Presidente da Câmara solicitar, na conformidade da legislação vigente, a intervenção do Poder Judiciário para fazer cumprir a legislação.

## **Seção IV Do Exame Público das Contas Municipais**

**Art. 19.** As contas do Município ficarão à disposição dos cidadãos durante 60(sessenta) dias, a partir de 15(quinze) de abril de cada exercício, no horário de funcionamento da Câmara Municipal, em local de fácil acesso ao público.

§ 1º A consulta às contas municipais poderá ser feita por qualquer cidadão, independentemente de requerimento, autorização ou despacho de qualquer autoridade.

§ 2º A consulta só poderá ser feita no recinto da Câmara Municipal e haverá pelo menos 3 (três) cópias à disposição do público.

§ 3º A reclamação apresentada deverá:

- I – ter a identificação e a qualificação do reclamante;
- II – ser apresentada em 4(quatro) vias no protocolo da Câmara;
- III – conter elementos e provas nas quais se fundamenta o reclamante.

§ 4º As vias da reclamação apresentadas no protocolo da Câmara terão a seguinte destinação:

- I – a primeira via deverá ser encaminhada pela Câmara ao Tribunal de Contas ou órgão equivalente, mediante ofício;
- II – a segunda via deverá ser anexada às contas à disposição do público pelo prazo que restar ao exame e apreciação;
- III – a terceira via constituir-se-á em recibo do reclamante e deverá ser autenticada pelo servidor que a receber no protocolo;
- IV – a quarta via será aprovada na Câmara Municipal.

§ 5º A anexação da segunda via, de que trata o inciso II do §4º deste artigo, independerá do despacho de qualquer autoridade e deverá ser feita no prazo de 48(quarenta e oito) horas pelo servidor que a tenha recebido no protocolo da Câmara, sob pena de suspensão, sem vencimentos, pelo prazo de 15(quinze) dias.

**Art. 20.** A Câmara Municipal enviará ao reclamante cópia de correspondência que encaminhou ao Tribunal de Contas ou órgão equivalente.

## **Seção V Dos subsídios dos Agentes Políticos**

**Art. 21.** Os subsídios do Prefeito, Vice Prefeito, dos Secretários Municipais, dos Vereadores e do Vereador Presidente da Câmara serão fixados por Lei Municipal, de iniciativa da Câmara Municipal, no último ano de cada legislatura, até 60 (sessenta) dias antes das eleições municipais, vigorando para a legislatura seguinte, observado o disposto na Constituição Federal.<sup>17</sup>

§ 1º Para os efeitos de fixação de subsídio, o Chefe de Gabinete do Prefeito é considerado agente político com as mesmas prerrogativas de Secretário Municipal.<sup>18</sup>

<sup>17</sup> Alterado o caput do art.21, conforme Emenda nº 07/2000

<sup>18</sup> Includo §1º ao art.21, conforme Emenda nº 07/2000



# **Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis**

§ 2º A não fixação do subsídio de qualquer dos agentes políticos implicará na manutenção do valor referente ao mês de dezembro do último ano de legislatura, assegurada a revisão anual prevista no parágrafo único do artigo 22 desta lei.<sup>19</sup>

**Art. 22.** Os subsídios dos agentes políticos mencionados no artigo anterior serão fixados em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de apresentação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto na Constituição Federal.<sup>20</sup>

**Parágrafo único.** Os subsídios de que trata este artigo somente poderão ser alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa da Câmara Municipal, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices em relação aos servidores públicos municipais.

**Art. 23.** Havendo convocação extraordinária da Câmara Municipal durante o período de recesso legislativo, os Vereadores receberão parcela indenizatória equivalente ao valor do subsídio mensal, observada a proporcionalidade com o número de dias de convocação.<sup>21</sup>

**Art. 24.** Serão estabelecidos descontos no valor do subsídio dos Vereadores e do Vereador Presidente da Câmara, incidentes quando da constatação da ausência Parlamentar nas Sessões Ordinárias ou Extraordinárias e nas Reuniões da Mesa e das Comissões Permanentes ou Temporárias.<sup>22</sup>

**Art. 25.** A não aprovação dos Projetos de Lei que fixam os subsídios do Prefeito, do Vice Prefeito, dos Secretários Municipais (inclusive o chefe de Gabinete do Prefeito), dos Vereadores e/ou do Vereador Presidente da Câmara até 120 (cento e vinte) dias antes das eleições municipais implicará na suspensão do pagamento do subsídio dos Vereadores e do Vereador Presidente da Câmara pelo restante do mandato.<sup>23</sup>

**Art. 26.** A lei fixará critérios de indenização de despesas de viagens do Prefeito, do Vice Prefeito e dos Secretários Municipais (inclusive o Chefe do Gabinete do Prefeito), dos Vereadores e do Vereador Presidente da Câmara.<sup>24</sup>

## **Seção VI Da Eleição da Mesa**

**Art. 27.** Imediatamente após a posse, ainda sobre a presidência do Vereador mais votado dentre os presentes, verificada a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara, proceder-se-á à eleição dos componentes da Mesa, que ficarão automaticamente empossados.<sup>25</sup>

§ 1º Não havendo número suficiente para a eleição da Mesa, o Vereador que dirigiu a sessão de instalação e posse permanecerá na presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a Mesa.<sup>26</sup>

§ 2º O mandato da Mesa será de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente, ainda que em outra legislatura.<sup>27 28</sup>

§ 3º A eleição para renovação da Mesa dar-se-á na última sessão ordinária da segunda sessão legislativa de cada legislatura, considerando-se automaticamente empossados os eleitos no dia primeiro de janeiro subsequente.<sup>29 30</sup>

<sup>19</sup> Incluso §2º ao art.21, conforme Emenda nº 07/2000

<sup>20</sup> Alterado o caput do art.22, conforme Emenda nº 07/2000

<sup>21</sup> Alterado o caput do art.23, conforme Emenda nº 08/2000

<sup>22</sup> Alterado o caput do art.24, conforme Emenda nº 08/2000

<sup>23</sup> Alterado o caput do art.25, conforme Emenda nº 07/2000

<sup>24</sup> Alterado o caput do art.26, conforme Emenda nº 07/2000

<sup>25</sup> Alterado o caput do art.27, conforme Emenda nº 05/99

<sup>26</sup> Alterado o §1º do art. 27, conforme Emenda nº 05/99

<sup>27</sup> Alterado o §2º do art. 27, conforme Emenda nº 05/99

<sup>28</sup> Alterado o §2º do art. 27, conforme Emenda nº 19/08

<sup>29</sup> Alterado o §3º do art. 27, conforme Emenda nº 05/99

<sup>30</sup> Alterado o §3º do art. 27, conforme Emenda nº 19/08



# Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis

§ 4º A Mesa da Câmara Municipal compõe-se de um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário.<sup>31</sup>

§ 5º Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, quando faltoso, omissos ou ineficiente no desempenho de suas atribuições, devendo o Regimento Interno da Câmara Municipal dispor sobre o processo de destituição e sobre a substituição do membro.<sup>32</sup>

## **Seção VII Das Atribuições da Mesa**

**Art. 28.** Compete à Mesa da Câmara Municipal, além de outras atribuições estipuladas no Regimento Interno:

- I – enviar ao Prefeito Municipal, até 1º de março, as contas do exercício anterior;
- II – propor ao Plenário projeto de Resolução que criem, transformem e extingam cargos, empregos ou funções da Câmara Municipal, bem como a fixação da respectiva remuneração observadas as determinações legais;
- III – declarar a perda de mandato de Vereador, de ofício ou por provocação de qualquer dos membros da Câmara, nos casos previstos nos incisos I à VIII do Art. 46 desta Lei Orgânica, assegurada ampla defesa, nos termos do Regimento Interno;
- IV – elaborar e encaminhar ao Prefeito, até o dia 15 de agosto, a proposta parcial do orçamento da Câmara para ser incluída na proposta geral do Município, dando conhecimento de seu teor ao Plenário.<sup>33</sup>

**Parágrafo único.** A Mesa decidirá sempre por maioria de seus membros.

## **Seção VIII Das Sessões**

**Art. 29.** A sessão legislativa anual desenvolve - se de 1º de fevereiro a 15 de dezembro, independentemente de convocação.<sup>34</sup>

**§ 1º Revogado**<sup>35</sup>

**Art. 30.** As sessões da Câmara Municipal deverão ser realizadas em recinto destinado ao seu funcionamento, considerando - se nulas as que se realizarem fora dele.

§ 1º Comprovada a possibilidade de acesso àquele recinto ou outra causa que impeça a sua utilização, poderão ser realizadas sessões em outro local, por decisão do Presidente da Câmara.

§ 2º As sessões solenes poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara.

**Art. 31.** As Sessões da Câmara serão públicas.<sup>36</sup>

**Art. 32.** As Sessões serão abertas pelo Presidente da Câmara ou por outro membro da Mesa, com a presença mínima de um terço dos Vereadores em exercício, verificada a ausência de todos os membros da Mesa, o Vereador mais votado dentre os presentes assumirá a presença dos trabalhos, escolhendo, entre seus pares, um Secretário.<sup>37</sup>

<sup>31</sup> Alterado o §4º do art. 27, conforme Emenda nº 05/99

<sup>32</sup> Alterado o §5º do art. 27, conforme Emenda nº 05/99

<sup>33</sup> Alterado o Inciso IV do art.28, conforme Emenda nº 04/99

<sup>34</sup> Alterado o art. 29, conforme Emenda nº 13/2004

<sup>35</sup> Revogado o §1º do art. 29, conforme Emenda nº 12/2003

<sup>36</sup> Excluída expressão do art. 31, conforme Emenda nº 18/2007.

<sup>37</sup> Alterado o caput do art.32, conforme Emenda nº 09/2000





# **Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis**

**Parágrafo único.** Considerar - se - á presente à Sessão o Vereador que assinar o livro ou as folhas de presença até o início da ordem do dia e participar das votações.

**Art. 33.** A convocação extraordinária da Câmara Municipal dar-se-á:

- I** – pelo Prefeito Municipal, quando este a entender necessária;
- II** – pelo Presidente da Câmara;
- III** – a requerimento da maioria absoluta dos membros da Câmara.

**Parágrafo único.** Na sessão legislativa extraordinária, a Câmara Municipal deliberará somente sobre a matéria para qual foi convocada.

**Art. 34.** Nas sessões ordinárias será assegurado o uso da Tribuna Livre, nos termos da Lei.

## **Seção IX Das Comissões**

**Art. 35.** A Câmara Municipal terá Comissões Permanentes e Temporárias, constituídas na forma e com as atribuições definidas no Regimento Interno da Câmara Municipal de Joanópolis ou no ato de que resultar sua criação.<sup>38</sup>

§ 1º Em cada comissão será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da Câmara.

§ 2º Às comissões em razão da matéria de sua competência, cabe:<sup>39</sup>

- I** - discutir e dar parecer à proposições, na forma de Regimento Interno;
- II** – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;
- III** – convocar secretários Municipais ou ocupantes de cargo da mesma natureza para prestar informações sobre assuntos inerentes à suas atribuições;
- IV** – receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou emissões das autoridades ou entidades públicas;
- VI** – apreciar programas de obras e planos, e sobre eles emitir parecer;
- VII** – acompanhar junto à Prefeitura Municipal a elaboração da proposta orçamentária, nem como a sua posterior execução.

**Art. 36.** As comissões especiais de inquérito, que terão poderes de investigação próprios de autoridade judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, serão criadas pela Câmara Municipal mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público para que este promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

**Art. 37.** Qualquer entidade da sociedade civil poderá solicitar ao Presidente da Câmara que lhe permita emitir conceitos ou opiniões, junto as comissões, sobre projetos que nela se encontrem para estudo.

<sup>38</sup> Alterado o caput do art.35, conforme Emenda nº 03/99

<sup>39</sup> Alterado §2º do art. 35, conforme Emenda nº 03/99



# **Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis**

**Parágrafo único.** O Presidente da Câmara enviará o pedido ao Presidente da respectiva comissão, a quem caberá deferir ou indeferir o requerimento, indicando, se for o caso, dia e hora para pronunciamento e seu tempo de duração.

## **Seção X Do Presidente da Câmara Municipal**

**Art. 38.** Compete ao Presidente da Câmara, além de outras atribuições estipuladas no Regimento Interno:

- I** – representar a Câmara Municipal em juízo ou fora dele;
- II** – dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;
- III** – interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;
- IV** – promulgar as resoluções e os decretos legislativos, bem como as leis que receberem sanção tácita e as cujo veto tenha sido rejeitada pelo Plenário e não tenham sido promulgadas pelo Prefeito Municipal;
- V** – fazer publicar os atos da Mesa, bem como as resoluções, os decretos legislativos e as leis por ele promulgadas;
- VI** – declarar extinto o mandato do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, nos casos previstos em lei;
- VII** – apresentar ao Plenário, até 20 o dia (vinte) de cada mês, o balanço relativo aos recursos recebidos e as despesas realizadas no mês anterior;
- VIII** – requisitar o numerário destinado às despesas da Câmara;
- IX** – exercer, em substituição, a chefia do Executivo Municipal nos casos previstos em lei;
- X** – designar comissões especiais nos termos regimentais, observadas as indicações partidárias;
- XI** – mandar prestar informações por escrito e expedir certidões requeridas para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações;
- XII** – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil e com membros da comunidade;
- XIII** – administrar os serviços da Câmara Municipal, fazendo lavrar os atos pertinentes a essa área de gestão.

**Art. 39.** O Presidente da Câmara, ou quem o substituir, somente manifestará o seu voto nas seguintes hipóteses:

- I** – na eleição da Mesa Diretora;
- II** – quando a matéria exigir, para a sua aprovação, o voto favorável de dois terços ou de maioria absoluta dos membros da Câmara;
- III** – quando ocorrer empate em qualquer votação no Plenário.

## **Seção XI Do Vice-Presidente da Câmara Municipal**



# **Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis**

**Art. 40.** Ao Vice-Presidente compete, além das atribuições contidas no Regimento Interno, as seguintes:

**I** – substituir o Presidente da Câmara em suas faltas, ausências, impedimentos ou licenças;

**II** – promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, as resoluções e os decretos legislativos sempre que o Presidente, ainda que se ache em exercício, deixar de fazê-lo no prazo estabelecido;

**III** – promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, as leis quando o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara, sucessivamente, tenham deixado de fazê-lo, sob a pena da perda do mandato de membro da Mesa.

## **Seção XII**

### **Do Secretário da Câmara Municipal**

**Art. 41.** Ao Secretário compete, além das atribuições contidas no Regimento Interno, as seguintes:

**I** – redigir a ata das reuniões da Mesa;<sup>40</sup>

**II** – acompanhar e supervisionar a redação das atas das demais sessões e proceder a sua leitura;

**III** – fazer a chamada dos Vereadores;

**IV** – registrar, em livro próprio, os precedentes firmados na aplicação do Regimento Interno;

**V** – fazer a inscrição dos oradores na pauta dos trabalhos;

**VI** – substituir os demais membros da Mesa, quando necessário.

## **Seção XIII**

### **Dos Vereadores**

#### **Subseção I**

#### **Disposições Gerais**

**Art. 42.** Os Vereadores gozam de inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

**Art. 43.** Os Vereadores não serão obrigados a testemunhar, perante a Câmara, sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

**Art. 44.** É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no Regimento Interno, o abuso das prerrogativas, asseguradas aos Vereadores ou a percepção, por estes, de vantagens indevidas.

#### **Subseção III**

#### **Das Incompatibilidades**

**Art. 45.** Os Vereadores não poderão:

**I** - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com o município, suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações ou empresas concessionárias de serviços públicos municipais.  
**(Expressão revogada)**<sup>41</sup>

<sup>40</sup> Excluída expressão do inciso I do art. 41, conforme Emenda nº 18/2007.

<sup>41</sup> Expressão Revogada da alínea “a” do Inciso I do art. 45, conforme redação dada pela Emenda nº 01/96



# **Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis**

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis *ad nutum* nas entidades constantes da alínea anterior.

**II** - desde a posse:

a) ser proprietários, controlados ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato celebrado com o município ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis *ad nutum* nas entidades referidas da alínea a do inciso I, salvo o cargo de Secretário Municipal ou equivalente;

c) patrocinar causas em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere à alínea a do inciso I;

d) ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

**Art. 46.** Poderá o mandato o vereador:

**I** – que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

**II** – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

**III** – que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, a terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo em caso de licença ou de missão oficial autorizada;

**IV** – que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

**V** – quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal;

**VI** – que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

**VII** – que deixar de residir no Município;

**VIII** – que deixar de tomar posse, sem motivo justificado, dentro do prazo estabelecido nesta Lei Orgânica.

§ 1º Extingue-se o mandato, e assim será declarado pelo Presidente da Câmara, quando ocorrer falecimento ou renúncia por escrito do Vereador.

§ 2º Nos casos dos incisos I, II, VI e VII deste artigo, a perda do mandato será decidida pela Câmara, por dois terços, mediante provocação da Mesa ou do partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa. **(Expressão Revogada)**<sup>42</sup>

§ 3º Nos casos de incisos II, IV, V e VIII, a perda do mandato será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer Vereador ou de partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

## **Subseção III Do Vereador Servidor Público**

**Art. 47.** O exercício de vereança por servidor público dar-se-á de acordo com as determinações da Constituição Federal.

**Parágrafo único.** O Vereador ocupante de cargo, emprego ou função pública municipal é inamovível de ofício pelo tempo de duração de seu mandato.

## **Subseção IV Das Licenças**

<sup>42</sup> Expressão Revogada do §2º do art.46, conforme redação dada pela Emenda nº 11/2001



# **Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis**

**Art. 48.** O Vereador licenciar-se-á:

**I** – por motivos de saúde ou licença gestante, devidamente comprovados;  
**II** – para tratar de interesse particular, desde que o período de licença não seja superior a 120(cento e vinte) dias por sessão legislativa.

§ 1º Nos casos de inciso I e II, não poderá o Vereador licenciado reassumir antes que se tenha escoado o prazo de sua licença.

§ 2º Para fins de remuneração, considerar - se - á como o exercício o Vereador licenciado nos termos do inciso I.

§ 3º O Vereador investido no cargo de Secretário Municipal ou equivalente será considerado automaticamente licenciado, podendo optar pela remuneração da vereança.

§ 4º O afastamento para o desempenho de missões temporárias de interesse do Município não será considerado como de licença, fazendo o Vereador jus à remuneração estabelecida.

§ 5º Independentemente de requerimento, considerar - se - á como licença o não comparecimento às reuniões de Vereador privado, temporariamente de sua liberdade, em virtude de procedimento criminal em curso.

## **Subseção V Da Convocação dos Suplentes**

**Art. 49.** No caso de vaga, licença ou investidura no cargo de Secretário Municipal ou equivalente, far-se-á convocação de suplente pelo Presidente da Câmara.

§ 1º O suplente convocado deverá tomar posse dentro do prazo de 15 (quinze) dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara, sob pena de ser considerado renunciante.

§ 2º Ocorrendo vaga e não havendo suplente, o Presidente da Câmara comunicará o fato, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, ao Tribunal Regional Eleitoral.

§ 3º Enquanto a vaga a que se refere o parágrafo anterior não for preenchida, calcular-se-á o quorum em função dos Vereadores remanescentes.

## **Seção XIV Do Processo Legislativo**

### **Subseção I Disposição Geral**

**Art. 50.** O processo legislativo municipal compreende a elaboração de:

**I** – emendas à Lei Orgânica Municipal;  
**II** – leis complementares;  
**III** – leis ordinárias;  
**IV** – leis delegadas ;  
**V** – decretos legislativos;  
**VI** – resoluções.

### **Subseção II Das Emendas à Lei Orgânica Municipal**



# **Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis**

**Art. 51.** A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta:

- I** – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;
- II** – do Prefeito Municipal;
- III** – da iniciativa popular.

§ 1º A proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal será discutida e votada em dois turnos de votação e discussão, considerando - se aprovada quando obtiver, em ambos, dois terços dos votos dos membros da Câmara.

§ 2º A emenda à Lei Orgânica Municipal será promulgada pela Mesa da Câmara Municipal com o respectivo número de ordem.

## **Subseção III Das Leis**

**Art. 52.** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou comissão da Câmara, ao Prefeito Municipal e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

**Art. 53.** Compete privativamente ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre:

- I** – regime jurídico dos servidores;
- II** – criação de cargos, empregos e funções na Administração direta e autárquica do Município, ou aumento de sua remuneração;
- III** – orçamento anual, diretrizes orçamentárias e plano plurianual;
- IV** – criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração direta do Município.

**Art. 54.** A iniciativa popular será exercida pela apresentação, à Câmara Municipal, de projeto de lei subscrito por, no mínimo, 5%(cinco por cento) dos eleitores inscritos no Município, contendo assunto de interesse específico do Município, da cidade ou dos bairros.

§ 1º A proposta popular deverá ser articulada, exigindo - se, para seu recebimento pela Câmara, a identificação dos assinantes, mediante indicação do número de respectivo título eleitoral, bem como a certidão expedida pelo órgão eleitoral competente, contendo a informação do número total de eleitores do Município.

§ 2º A tramitação dos projetos de lei de iniciativa popular obedecerá às normas relativas ao processo legislativo.

§ 3º Caberá ao Regimento Interno da Câmara assegurar e dispor sobre o modo pelo qual os projetos de iniciativa popular serão defendidos na Tribuna da Câmara.

**Art. 55.** São objetos de leis complementares as seguintes matérias:

- I** – código tributário municipal;
- II** – código de obras ou de edificações;
- III** – código de posturas;
- IV** – código de zoneamento;
- V** – código de parcelamento do solo;
- VI** – plano diretor de desenvolvimento integrado;
- VII** – regime jurídico dos servidores.

**Parágrafo único.** As leis complementares exigem para a sua aprovação o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.



# **Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis**

**Art. 56.** As leis delegadas serão elaboradas pelo Prefeito Municipal que deverá solicitar a delegação à Câmara Municipal.

§ 1º Não serão objeto de delegação os atos de competência privativa da Câmara Municipal e a legislação sobre planos plurianuais, orçamentos e diretrizes orçamentárias.

§ 2º A delegação ao Prefeito Municipal terá a forma de decreto legislativo da Câmara Municipal, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício.

§ 3º Se o decreto legislativo determinar a apreciação da lei delegada pela Câmara, esta fará em votação única, vedada qualquer emenda.

**Art. 57.** Não será admitido aumento de despesa prevista:

I – nos projetos de iniciativa popular e nos de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal ressalvados, neste caso, os projetos de lei orçamentária;

II – nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal.

**Art. 58.** O Prefeito Municipal poderá solicitar urgência para apreciação dos projetos de sua iniciativa, considerados relevantes, os quais deverão ser apreciados no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º Decorrido sem deliberação, o prazo fixado no caput deste artigo o projeto será obrigatoriamente incluído na ordem do dia, para que se ultime sua votação, sobrestando-se a deliberação sobre qualquer outra matéria, exceto veto e lei orçamentários.

§ 2º O prazo referido neste artigo não corre no período de recesso da Câmara e nem se aplica aos projetos de codificação.

**Art. 59.** O projeto de lei aprovado pela Câmara será, no prazo de 10 (dez) dias úteis, enviado pelo seu Presidente do Prefeito Municipal que, concordando, o sancionará no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 1º Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias úteis, o silêncio do Prefeito Municipal importará em sanção.

§ 2º Se o Prefeito considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de recebimento, e comunicará, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, ao Presidente da Câmara, os motivos do veto.

§ 3º O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 4º O veto será apreciado no prazo de 15 (quinze) dias, contados do seu recebimento, com ou sem parecer, em uma única discussão e votação.

§ 5º (**Expressão Revogada**)<sup>43</sup>

§ 6º Esgotado sem deliberação o prazo previsto no §4º deste artigo, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestados as demais proposições até a sua votação final.

§ 7º Se o veto for rejeitado, o projeto será enviado ao Prefeito Municipal, 48 (quarenta e oito) horas, para promulgação.

---

<sup>4335</sup> [Expressão Revogada do §5º do art.59, conforme redação dada pela Emenda nº 11/2001](#)



# **Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis**

§ 8º Se o Prefeito Municipal não promulgar a lei nos prazos previstos, e ainda no caso de sanção tácita, o Presidente da Câmara a promulgará e, se este não o fizer no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, caberá ao Vice-Presidente obrigatoriamente fazê-lo.

§ 9º A manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.

**Art. 60.** A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

**Art. 61.** A resolução destina - se a regular matéria político- administrativa da Câmara, de sua competência exclusiva, não dependendo de sanção do Prefeito Municipal.

**Art. 62.** O decreto legislativo destina-se a regular matéria de competência exclusiva da Câmara que produza efeitos externos, não dependendo de sanção ou veto do Prefeito Municipal.

**Art. 63.** O processo legislativo das resoluções e dos decretos legislativos dar-se-á conforme determinado no Regimento Interno da Câmara, observado, no que couber, o disposto nesta Lei Orgânica.

## **CAPÍTULO III Do Poder Executivo**

### **Seção I Do Prefeito Municipal e do Vice-Prefeito**

**Art. 64.** O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito, com funções políticas, executivas e administrativas.

**Art. 65.** O Prefeito e o Vice - Prefeito serão eleitos simultaneamente, para cada legislatura, por eleição direta, em sufrágio universal e secreto.

**Art. 66.** A eleição para Prefeito e Vice - Prefeito será até 90(noventa) dias antes do término do mandato dos que deverão sucedê-los.

**Art. 67.** Computado o número de eleitores do Município, será considerado eleito pelo Prefeito o Candidato registrado por partido político ou coligação partidária que:

**I** – obtiver maioria dos votos válidos, enquanto o Município não ultrapassar o limite de 200(duzentos) mil eleitores;

**II** – obtiver a maioria absoluta dos votos válidos, a partir do momento em que o número de eleitores do Município seja superior a 200 (duzentos) mil.

§ 1º Atingindo o número de 200 (duzentos) mil eleitores no Município, se nenhum candidato alcançar maioria absoluta, proceder-se-á nova eleição em até 20 (vinte) dias após a proclamação do resultado, concorrendo os dois mais votados, considerando-se eleito àquele que obtiver a maioria dos votos válidos.

§ 2º Se antes realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal do candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.

**Art. 68.** A idade eleitoral mínima dos candidatos a Prefeito e Vice-Prefeito é de 21(vinte e um) anos.

**Parágrafo único.** Para concorrer a outro cargo, o Prefeito deve renunciar ao mandato até 6 (seis) meses antes do pleito.





# **Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis**

**Art. 69.** São inelegíveis, no Município, o cônjuge e os parentes consangüíneos ou afins, até o segundo grau, ou por adoção, do Prefeito ou de quem tenha o substituído nos 6(seis) meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato e candidato à reeleição.

**Art. 70.** O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse no dia 1º de janeiro do ano subsequente à eleição, em sessão solene da Câmara Municipal ou, se esta não estiver reunida, perante a autoridade jurídica competente, ocasião em que prestarão o seguinte compromisso:

**“Prometo cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal, observar as leis, promover o bem geral dos munícipes e exercer o cargo sob a inspiração da democracia, da legitimidade e da legalidade”.**

§ 1º Se até o dia 10 (dez) de janeiro o Prefeito e o Vice - Prefeito, salvo motivo de força maior devidamente comprovado e aceito pela Câmara Municipal não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

§ 2º Enquanto não ocorrer a posse do Prefeito, assumirá o cargo o Vice-Prefeito, e, na falta ou impedimento deste, o Presidente da Câmara Municipal.

§ 3º No ato da posse e ao término do mandato, o Prefeito e o Vice-Prefeito farão declaração pública de seus bens, a qual será transcrita em livro próprio, resumidas em atas e divulgadas para o conhecimento público.

§ 4º O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pela legislação local, auxiliará o Prefeito sempre que por ele convocado para missões especiais, o substituirá nos casos de licença e o sucederá no caso de vacância do cargo.

**Art. 71.** Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito ou vacância dos respectivos cargos, será chamado ao exercício do cargo de Prefeito o Presidente da Câmara Municipal.

**Parágrafo único.** A recusa do Presidente em assumir a Prefeitura implicará em perda do mandato que ocupa na Mesa Diretora.

## **Seção II Da Perda ou Extinção de Mandato**

**Art. 72.** O Prefeito e o Vice-Prefeito não poderão, desde a posse, sob pena de perda do mandato:

**I** – firmar ou manter contrato com o Município ou com suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações ou empresas concessionárias de serviço público municipal, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

**II** – ser titular de mais de um mandato eletivo;

**III** – patrocinar causas em que seja interessada qualquer das entidades mencionadas no inciso I deste artigo;

**IV** – ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato celebrado com o Município ou nela exercer função remunerada;

**V** – fixar residência fora do Município.

**Art. 73.** É vedado ao Prefeito assumir outro cargo ou função na Administração Pública direta ou indireta ressalvada a posse em virtude de concurso público, aplicando-se, nesta hipótese, o disposto no Art.38 da Constituição Federal.

**Art. 74.** São crimes de responsabilidade do Prefeito os previstos em Lei Federal.

**Parágrafo único.** O Prefeito será julgado, pela prática de crime de responsabilidade, perante o Tribunal de Justiça do Estado.



# **Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis**

**Art. 75.** São infrações político-administrativas do Prefeito as previstas em Lei Federal.

**Parágrafo único.** O Prefeito será julgado, pela prática de infrações político-administrativas, perante a Câmara.

**Art. 76.** Será declarado vago, pela Câmara Municipal, o cargo de Prefeito quando:

- I** – ocorrer falecimento, renúncia ou condenação por crime funcional ou eleitoral;
- II** – deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara, dentro do prazo e 10 (dez) dias;
- III** – infringir as normas do Art.72, desta Lei Orgânica;
- IV** – ausentar-se do Município, por prazo superior a 15 (quinze) dias, sem licença da Câmara.

## **Seção III Das Licenças**

**Art. 77.** O Prefeito não poderá ausentar-se do Município, sem licença da Câmara Municipal, sob a pena de perda do mandato, salvo por período inferior a 15 (quinze) dias.

**Art. 78.** O Prefeito poderá licenciar-se quando impossibilitado de exercer o cargo, por motivo de doença devidamente comprovada.

**Parágrafo único.** No caso deste artigo e de ausência em missão oficial, o Prefeito licenciado fará jus à sua remuneração integral.

## **Seção IV Das Atribuições do Prefeito**

**Art. 79.** Compete privativamente ao Prefeito:

- I** – representar o Município em juízo ou fora dele;
- II** – exercer a direção superior da Administração Pública Municipal;
- III** – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;
- IV** – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara e expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;
- V** – vetar projetos de lei, total ou parcialmente;
- VI** – enviar a Câmara Municipal o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município;
- VII** – dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal, na forma de lei;
- VIII** – remeter mensagem e plano de governo à Câmara Municipal, por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do Município e solicitando providências que julgar necessárias;
- IX** – prestar, anualmente, à Câmara Municipal, dentro do prazo legal, as contas do Município referente ao exercício anterior;
- X** – prover e extinguir cargos, os empregos e as funções públicas municipais, na forma da lei;



# **Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis**

**XI** – decretar, nos termos legais, desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social;

**XII** – celebrar convênios e consórcios com entidades públicas ou privadas para a realização de objetivos de interesse do Município.

**XIII** - prestar a Câmara, dentro de 15 (quinze) dias, as informações solicitadas, podendo o prazo ser prorrogado a pedido, pela complexibilidade da matéria ou pela dificuldade de obtenção de dados solicitados;

**XIV** – publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido de execução orçamentária;

**XV** – entregar a Câmara Municipal, no prazo legal os recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias;

**XVI** – solicitar o auxílio das forças policiais para garantir o cumprimento de seus atos, bem como fazer uso da guarda municipal, na forma da lei;

**XVII** – decretar calamidade pública quando ocorrer fatos que a justifiquem;

**XVIII** – convocar extraordinariamente a Câmara;

**XIX** – fixar as tarifas de serviços públicos concedidos e permitidos, bem como daqueles explorados pelo próprio Município, conforme critérios estabelecidos na legislação municipal;

**XX** – requerer a autoridade competente a prisão administrativa de servidor público municipal omissos ou remisso na prestação de contas de dinheiro público;

**XXI** – superintender a arrecadação dos tributos e preços, bem como a guarda e a aplicação da receita, autorizando as despesas e os pagamentos, dentro das disponibilidades orçamentárias ou de créditos autorizados pela Câmara;

**XXII** – aplicar as multas previstas na legislação e nos contratos ou convênios, bem como relevá-los quando for o caso;

**XXIII** – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil e os membros da comunidade;

**XXIV** – resolver sobre os requerimentos, as reclamações ou as representações que lhe forem dirigidos;

**XXV** - encaminhar resposta, dentro de 15 (quinze) dias, quanto às indicações encaminhadas pelo Poder Legislativo, podendo ser prorrogado por no máximo dez dias, a pedido, pela complexidade da matéria ou pela dificuldade de obtenção de dados solicitados.<sup>44</sup>

**XXVI** – comunicar, ao Poder Legislativo, a execução de obra pública licitada, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, disponibilizando, aos Vereadores, o acesso ao respectivo projeto.<sup>45</sup>

§ 1º O Prefeito Municipal poderá delegar as atribuições previstas nos incisos XII, XXI, XXII, XXIV, XXV, XXVI e XXVII deste artigo.<sup>46 47 48</sup>

<sup>44</sup> Inciso XXV do Art. 79 inserido pela Emenda nº 16/2005.

<sup>45</sup> Incluído o inciso XXVI no art. 79, pela Emenda nº 20/2008.

<sup>46</sup> Modificado o § 1º do Art. 79 pela Emenda nº 16/2005.

<sup>47</sup> Modificado o § 1º do art. 79, pela Emenda nº 20/2008

<sup>48</sup> Modificado o § 1º do art. 79 pela Emenda nº 25/2013.



# **Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis**

§ 2º O Prefeito Municipal poderá, a qualquer momento, segundo seu único critério, avocar a si a competência delegada.

§ 3º Na hipótese do inciso XIII deste artigo, caso as informações requeridas se restrinjam ao encaminhamento de cópias reprográficas de documentos existentes na Prefeitura, a resposta deve ser fornecida no prazo de 3 (três) dias úteis, exceto se o número de cópias extrapolar a 100 (cem).<sup>49</sup>

**XXVII** – encaminhar à Câmara Municipal cópia de todos os Editais de licitação, na íntegra, imediatamente após a sua publicação.<sup>50</sup>

## **Seção V Da Transição Administrativa**

**Art. 80.** Até 30 (trinta) dias antes das eleições municipais, o Prefeito Municipal deverá preparar, para a entrega ao sucessor e para publicação imediata, relatório da situação da Administração Municipal que conterà, entre outras, informações atualizadas sobre:

**I** – dívidas do Município, por credor, com as datas de respectivos vencimentos, inclusive das dívidas em longo prazo e encargos decorrentes de operações de crédito, informando sobre a capacidade da Administração Municipal realizar operações de crédito de qualquer natureza;

**II** – medidas necessárias à regularização das contas municipais perante o Tribunal de Contas ou órgão equivalente, se for o caso;

**III** – prestações de contas de convênios celebrados com órgãos da União e do Estado, bem como do recebimento de subvenções ou auxílios;

**IV** – situação de contratos com concessionárias e permissionárias de serviços públicos;

**V** – estado de contratos de obras e serviços em execução ou apenas formalizados, informando sobre o que foi realizado e pago e o que há por executar e pagar, com prazos respectivos;

**VI** – transferências a serem recebidas da União e do Estado por força de mandamento constitucional ou de convênios;

**VII** – projetos de lei de iniciativa do Poder Executivo em curso na Câmara Municipal, para permitir que a nova Administração decida quanto à conveniência de lhes dar prosseguimento, acelerar seu andamento ou retirá-los;

**VIII** – situação dos servidores do Município, seu custo, quantidade e órgãos em que estão lotados e em exercício.

**Art. 81.** É vedado ao Prefeito Municipal assumir, por qualquer forma, compromissos financeiros para execução de programas ou de projetos após o término de seu mandato, não previstos na legislação orçamentária.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica nos casos comprovados de calamidade pública.

§ 2º Serão nulos e não produzirão nenhum efeito os empenhos e atos praticados em desacordo neste artigo, sem prejuízo de responsabilidade do Prefeito Municipal.

## **Seção VI**

<sup>49</sup> Incluso §3º ao Art. 79, conforme Emenda nº 15/2005.

<sup>50</sup> Inciso XXVII incluído ao art. 79 pela Emenda nº 25/2013.



# **Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis**

## **Dos Auxiliares Diretos do Prefeito Municipal**

**Art. 82.** O Prefeito Municipal, por intermédio de ato administrativo, estabelecerá as atribuições dos seus auxiliares direto, definindo - lhe competências, deveres e responsabilidades.

**Art. 83.** Os auxiliares diretos do Prefeito Municipal são solidariamente responsáveis, junto com este, pelos atos que assinarem, ordenarem ou praticarem.

**Art. 84.** Os auxiliares diretos do Prefeito Municipal deverão fazer declaração pública de seus bens no ato de sua posse em cargo ou função pública municipal e quando de sua exoneração. <sup>51</sup>

§ 1º Para os efeitos desta lei, entende - se por auxiliares diretos do Prefeito Municipal todos os ocupantes de emprego de comissão na Prefeitura Municipal de Joanópolis. <sup>52</sup>

§ 2º Os empregados da Prefeitura Municipal que se encontrem na situação descrita neste artigo à data de sua publicação deverão, se já não o fizeram, providenciar declarações de bens no prazo de até dez dias. <sup>53</sup>

## **Seção VII Da Consulta Popular**

**Art. 85.** O Prefeito Municipal poderá realizar consultas populares para decidir sobre assuntos de interesse específico do Município, de bairro ou de distrito, cujas medidas deverão ser tomadas diretamente pela Administração Municipal.

**Art. 86.** A consulta popular poderá ser realizada sempre que a maioria absoluta dos membros da Câmara ou pelo menos 5%(cinco por cento) do eleitorado inscrito no Município, com a identificação do título eleitoral, apresentarem proposição neste sentido.

**Art. 87.** A votação será organizada pelo Poder Executivo no prazo de 2(dois) meses após a apresentação da proposição, adotando - se a cédula oficial que conterà as palavras SIM ou NÃO, indicando, respectivamente, aprovação ou rejeição da proposição.

§ 1º A proposição será considerada aprovada se o resultado lhe tiver sido favorável pelo voto da maioria dos eleitores que comparecerem às urnas, em manifestação a que se tenham apresentado pelo menos 50%(cinquenta por cento) da totalidade dos eleitores do Município.

§ 2º Serão realizadas no máximo 2(duas) consultas por ano.

§ 3º É vedada a realização de consulta popular nos 4 (quatro) meses que antecederem as eleições para qualquer nível de Governo.

**Art. 88.** O Prefeito Municipal proclamará o resultado da consulta popular, que será considerada como decisão sobre a questão proposta, devendo o Governo Municipal, quando couber, adotar as providências legais para sua consecução.

## **TÍTULO V Da Administração Municipal Capítulo I Disposições Gerais**

<sup>51</sup> Alterado art.84, conforme Emenda nº 03/97

<sup>52</sup> Incluso §1º ao art. 84, conforme Emenda nº 03/97

<sup>53</sup> Incluso §2º ao art. 84, conforme Emenda nº 03/97



# **Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis**

**Art. 89.** A Administração Pública direta, indireta ou fundacional do Município obedecerá, no que couber o disposto no Capítulo VII do Título III da Constituição Federal e nesta Lei Orgânica.

**Art. 90.** Os planos de cargos e carreiras do serviço público municipal serão elaborados de forma a assegurar aos servidores municipais remuneração compatível com o mercado de trabalho para a função respectiva, oportunidade de progresso funcional e acesso a cargos de escalão superior.

§ 1º O Município proporcionará aos servidores oportunidades de crescimento profissional através de programas de formação de mão - de - obra, aperfeiçoamento a reciclagem.

§ 2º Os programas mencionados no parágrafo anterior terão caráter permanente. Para tanto, o Município poderá manter convênios com instituições especializadas.

**Art. 91.** O Prefeito Municipal, ao prover os cargos em comissão e as funções de confiança, deverá fazê-lo de forma a assegurar que pelo menos 50%(cinquenta por cento) destes cargos sejam ocupados por servidor de carreira técnica ou profissional do próprio Município.

**Art. 91-A.** É vedada, à Administração Pública direta e indireta (incluindo os Poderes Executivo e Legislativo), a nomeação de servidor, para cargo ou emprego público em comissão, bem como para função de confiança, de livre nomeação e exoneração, de direção, chefia ou assessoramento, quando:<sup>54</sup>

**I** – condenado, em decisão transitada em julgado, pela prática de crimes dolosos, pelo prazo equivalente ao dobro do tempo da condenação ou, não se tratando de pena privativa de liberdade, pelo prazo de 4 (quatro) anos;

**II** – os que forem declarados inelegíveis, por decisão irrecurável do órgão competente, por período igual ou superior a 4 (quatro) anos, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário;

**III** – os que forem demitidos a bem do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 4 (quatro) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário;

**Parágrafo único.** O disposto neste artigo também se aplica aos agentes políticos não eleitos (Secretários Municipais e Chefe de Gabinete do Prefeito).

**Art. 92.** Um percentual não inferior a 1% (um por cento) dos cargos e empregos do Município serão destinados a pessoas portadoras de deficiências físicas, devendo os critérios para o seu preenchimento serem definidos em Lei Municipal.

**Art. 93.** É vedada a conversão de férias ou licenças em dinheiro, ressalvadas a absoluta necessidade do serviço e demais casos previstos na Legislação Federal.

**Art. 94.** O Município assegurará, dentro de suas possibilidades, a seus servidores e dependentes, na forma da Lei Municipal, serviço de atendimento médico, odontológico e assistência social.

**Parágrafo único.** Os serviços referidos neste artigo são extensivos aos aposentados e aos pensionistas do Município.

**Art. 95.** O Município poderá instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social.

<sup>54</sup> Incluído o Art. 91-A pela Emenda à LOM nº 24/2012.



# **Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis**

**Art. 96.** Os concursos públicos para preenchimentos de cargos, empregos ou funções da Administração Municipal não poderão ser realizados antes de decorridos 30 (trinta) dias de encerramento das inscrições, as quais deverão estar abertas por pelo menos 15 (quinze) dias.

**Art. 97.** O Município, suas entidades da Administração indireta e fundacional, bem como as concessionárias e as permissionárias de serviços públicos, responderão pelos danos que seus agentes, nesta qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

## **CAPÍTULO II Dos Atos Municipais**

### **Seção I Da Publicidade dos Atos Municipais**

**Art. 98.** A publicação das leis e atos municipais far-se-á em órgão da imprensa local ou regional por afixação na sede da Prefeitura ou Câmara Municipal, conforme o caso.

§ 1º A escolha do órgão de imprensa para a divulgação das leis e atos administrativos far-se-á através de licitação, em que se levarão em conta não só as condições de preço, como as circunstâncias de frequência, horário, tiragem a distribuição.

§ 2º Nenhum ato produzirá efeito antes de sua publicação.

§ 3º A publicação dos atos não normativos, pela imprensa, poderá ser resumida.

**Art. 99.** O Prefeito fará publicar:

I – diariamente, por edital, o movimento de caixa do dia anterior;  
II – mensalmente, o balancete resumido da receita e da despesa;  
III – mensalmente, os montantes de cada um dos tributos arrecadados e os recursos recebidos;

IV – anualmente, até 15 (quinze) de março, pelo órgão oficial do Estado, as contas de administração, constituídas do balanço financeiro, do balanço patrimonial, do balanço orçamentário e demonstração das variações patrimoniais, em forma de sintética.

### **Seção II Dos Livros**

**Art. 100.** O Município manterá os livros que forem necessários ao registro de seus serviços.

§ 1º Os livros serão abertos, rubricados e encerrados pelo Prefeito ou pelo Presidente da Câmara, conforme o caso, ou por funcionário designado para tal fim.

§ 2º Os livros referidos neste artigo poderão ser substituídos por fichas ou outro sistema, convenientemente autenticados.

### **Seção III Dos Atos Administrativos**

**Art. 101.** Os atos administrativos de competência do Prefeito devem ser expedidos com obediência às seguintes normas:

I – decreto, numerado em ordem cronológica, nos seguintes casos:

a) regulamentação de lei;



# Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis

- b) instituição, modificação ou extinção de atribuições não constantes de lei;
- c) regulamentação interna dos órgãos que forem criados na administração municipal;
- d) abertura de créditos especiais e suplementares, até o limite autorizado por lei, assim como de créditos extraordinários;
- e) declaração de utilidade pública ou necessidade social para fins de desapropriação ou de servidão administrativa;
- f) aprovação de regulamento ou de regimento das entidades que compõem a administração municipal;
- g) permissão de uso de bens municipais;
- h) medidas executórias do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;
- i) normas de efeitos externos, não privativos da lei;
- j) fixação e alteração de preços.

## II – portaria, nos seguintes casos;

- a) provimento e vacância de cargos públicos e demais atos de efeitos individuais;
- b) lotação e relotação nos quadros de pessoal;
- c) abertura de sindicância e processos administrativos, aplicação de penalidades e demais atos individuais de efeitos internos;
- d) outros casos determinados em lei ou decreto.

## III – contrato nos seguintes casos:

- a) admissão de servidores para serviços de caráter temporário, visando atender a necessidade emergente de excepcional interesse público, nos termos da lei;
- b) execução de obras e serviços municipais, nos termos da lei.

§ 1º Os atos constantes dos itens II e III, deste artigo, poderão ser delegados.

§ 2º A contratação feita pelo Poder Executivo nos termos do inciso III, letra “a”, deve ser comunicada à Câmara Municipal no prazo de 15 (quinze) dias.

## Seção IV Das Proibições

**Art. 102.** O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores e os servidores municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, não poderão contratar com o Município, subsistindo a proibição de até 6 (seis) meses após findas as respectivas funções.

**Parágrafo único.** Não se incluem nesta proibição os contratos cujas cláusulas e condições sejam uniformes para todos os interessados.

**Art. 103.** As pessoas jurídicas em débito com o sistema de seguridade social, como estabelecido em Lei Federal, não poderão contratar com o Poder Público Municipal nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

## Seção V Das Certidões

**Art. 104.** A Prefeitura e a Câmara são obrigadas a fornecer qualquer interessado, no prazo de no máximo 15 (quinze) dias, certidões dos atos, contratos e decisões, desde que referidas para fim de direito determinado, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição. No mesmo prazo deverão atender às requisições judiciais se outro não for fixado pelo juiz.





# **Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis**

**Parágrafo único.** As certidões relativas ao Poder Executivo serão fornecidas pelo Prefeito, Secretário ou Diretor da administração da Prefeitura, exceto as declaratórias de efetivo exercício do Prefeito, que serão fornecidas pela Presidência da Câmara.

## **CAPÍTULO III Dos Tributos Municipais**

**Art. 105.** Compete ao Município instituir os seguintes tributos:

**I** – impostos sobre:

- a) propriedades predial e territorial urbana;
- b) transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou cessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como direitos a sua aquisição;
- c) vendas à varejo e combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel;
- d) serviços de qualquer natureza, definidos em lei complementar.

**II** – taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos ou divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

**III** – contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

**Art. 106.** A Administração tributária é atividade vinculada, essencial ao Município e deverá estar dotada de recursos humanos e materiais necessários ao fiel exercício ou de suas atribuições, principalmente no que se refere a:

**I** – cadastramento dos contribuintes e das atividades econômicas;

**II** – lançamento dos tributos;

**III** – fiscalização do cumprimento das obrigações tributárias;

**IV** – inscrições dos inadimplentes em dívida ativa e respectiva cobrança amigável ou encaminhamento para cobrança judicial.

**Art. 107.** O Município poderá criar colegiado constituído partidariamente por servidores designados pelo Prefeito Municipal e contribuintes indicados por entidades representativas de categorias econômicas e profissionais, com atribuição de decidir, em grau de recurso, as reclamações sobre lançamentos e demais questões tributárias.

**Parágrafo único.** Enquanto não for criado o órgão previsto neste artigo, os recursos serão decididos pelo Prefeito Municipal.

**Art. 108.** O Prefeito Municipal promoverá, periodicamente, a atualização da base de cálculo dos tributos municipais.

§ 1º A base de cálculo do imposto predial e territorial urbano – IPTU, será atualizada anualmente, antes do término do exercício, podendo para tanto ser criada comissão da qual participarão, além dos servidores do Município, representantes dos contribuintes, de acordo com decreto do Prefeito Municipal.

§ 2º A atualização da base de cálculo do imposto municipal sobre serviços de qualquer natureza, cobrado de autônomos e sociedades civis, obedecerá aos índices oficiais de atualização monetária e poderá ser realizada mensalmente.

§ 3º A atualização da base de cálculo das taxas decorrentes do exercício do poder de polícia municipal obedecerá aos índices oficiais de atualização monetária e poderá ser realizada mensalmente.

§ 4º A atualização de base do cálculo das taxas de serviços levará em consideração a variação de custos dos serviços prestados ao contribuinte ou colocados a sua disposição, observados os seguintes critérios:



# **Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis**

**I** – quando a variação de custos for inferior ou igual aos índices oficiais de atualização monetária, poderá ser realizada mensalmente;

**II** – quando a variação de custos for superior aqueles índices, a atualização poderá ser feita mensalmente até este limite, ficando o percentual restante para ser atualizado por meio de lei que deverá estar em vigor antes do início do exercício subsequente;

**Art. 109.** A concessão de isenção e de anistia de tributos municipais dependerá de autorização legislativa, aprovada por maioria de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

**Art. 110.** A remissão de créditos tributários somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública ou notória pobreza do contribuinte, devendo a lei que autorize a ser aprovada por maioria de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

**Art. 111.** A concessão de isenção, anistia ou moratória não gera direito adquirido e será revogada de ofício sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições, não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão.

**Art. 112.** É de responsabilidade do órgão competente da Prefeitura Municipal a inscrição em dívida ativa dos créditos provenientes de impostos, taxas, contribuição de melhoria e multas de qualquer natureza, decorrentes de infrações à legislação ou por decisão preferida em processo regular de fiscalização.

**Art. 113.** Ocorrendo a decadência do direito de constituir o crédito tributário ou a prescrição da ação de cobrá-lo, abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades, na forma da lei.

**Parágrafo único.** A autoridade municipal, qualquer que seja o cargo, emprego ou função e independentemente do vínculo que possuir com o Município responderá civil, criminal e administrativamente pela prescrição ou decadência ocorrida sob sua responsabilidade, cumprindo - lhe indenizar o Município do valor dos créditos prescritos ou não lançados.

## **CAPÍTULO IV Dos Preços Públicos**

**Art. 114.** Para obter o ressarcimento da prestação de serviços de natureza comercial ou industrial ou de sua atuação na organização e exploração de atividades econômicas, o Município poderá cobrar preços públicos.

**Parágrafo único.** Os preços devidos pela utilização de bens e serviços municipais deverão ser fixados de modo a cobrir os custos dos respectivos serviços a serem reajustados quando se tornarem deficitários.

**Art. 115.** Lei Municipal estabelecerá outros critérios para a fixação de preços públicos.

## **CAPÍTULO V Dos Orçamentos**

**Art. 116.** Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I** – o plano plurianual;
- II** – as diretrizes orçamentárias;
- III** – os orçamentos anuais.

§ 1º O plano plurianual compreenderá:



# Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis

- I – diretrizes, objetivos e metas para ações municipais de execução plurianual;
- II – investimentos da execução plurianual;
- III – gastos com a execução de programas de duração continuada.

§ 2º As diretrizes orçamentárias compreenderão:

I – as propriedades da Administração Pública Municipal, quer de órgãos da Administração direta, quer da Administração indireta, com as respectivas metas, incluindo a despesa de capital para o exercício financeiro subsequente;

II – orientações para a elaboração da lei orçamentária anual;

III – alterações na legislação tributária;

IV – autorização para a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos ou alterações de estrutura de carreiras, bem como a demissão de pessoal a qualquer título, pelas unidades governamentais da Administração direta ou indireta, inclusive a fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, ressalvadas em empresas públicas e as sociedades de economia mista.

§ 3º O orçamento anual compreenderá:

I – o orçamento fiscal da Administração indireta municipal, incluindo os fundos especiais;

II – os orçamentos das entidades de Administração indireta, inclusive das fundações instituídas pelo Poder Público Municipal;

III – o orçamento de investimentos das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

IV – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculadas, da Administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mistas.

**Art. 117.** Os planos e programas municipais de execução plurianual ou anual serão elaborados em consonância com o plano plurianual e com as diretrizes orçamentárias, respectivamente, e apreciados pela Câmara Municipal.

**Art. 117-A.** Os Projetos propondo modificações no PPA, na LDO e/ou na LOA, deverão ser encaminhados à Câmara com indicação expressa de cada um dos tópicos dos anexos atingidos pela proposta, bem como a demonstração comparativa entre a situação vigente e a modificação pretendida.<sup>55</sup>

**Art. 118.** Os orçamentos previstos no §3º do Art. 116 serão compatibilizados com o plano plurianual e as diretrizes orçamentárias, evidenciando os programas e políticas do Governo Municipal.

## **Seção II Das Vedações Orçamentárias**

**Art. 119.** São vedados:

I – a inclusão de dispositivos estranhos à previsão da receita e a fixação da despesa, excluindo - se as autorizações para abertura de créditos adicionais suplementares e contratações de crédito de qualquer natureza e objetivo;

II – o início de programas ou projetos não incluídos no orçamento anual;

III – a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários originais ou adicionais;

IV – a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais, aprovados pela Câmara Municipal por maioria absoluta;

<sup>55</sup> Incluído art. 117-A, conforme Emenda à LOM nº 22/2010.



**V** – a vinculação de receita de impostos a órgãos ou fundos especiais, ressalvadas a que se destine à prestação de garantia às operações de crédito por antecipação de receita;

**VI** – a abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

**VII** – a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

**VIII** – a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos especiais;

**IX** – a instituição de fundos especiais de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

§ 1º Os créditos adicionais especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos 4 (quatro) meses daquele exercício, caso em que, reaberto no limite de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 2º A abertura de crédito extraordinário somente será admitido para atender as despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de calamidade pública.

### **Seção III Das Emendas aos Projetos Orçamentários**

**Art. 120.** Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais suplementares e especiais serão apreciados pela Câmara Municipal, na forma de Regimento Interno.

§ 1º Caberá a comissão da Câmara Municipal:

**I** – examinar e emitir parecer sobre os projetos de plano plurianual diretrizes orçamentárias e orçamento anual e sobre as contas do Município apresentadas anualmente pelo Prefeito;

**II** – examinar e emitir parecer sobre os planos e programas municipais, acompanhar e fiscalizar as operações resultantes ou não de execução do orçamento, sem prejuízo das demais comissões criadas pela Câmara Municipal.

§ 2º As emendas serão apresentadas na comissão de orçamento e finanças, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas, na forma de Regimento Interno, pelo Plenário da Câmara Municipal.

§ 3º As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que modifiquem somente poderão ser aprovados caso:

**I** – sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

**II** – indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que indicam sobre:

a) dotações para pessoal e encargos;  
b) serviço da dívida;  
c) transferências tributárias para autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal;

**III** – sejam relacionadas:

a) à correção dos erros ou emissões;  
b) aos dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 4º As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.



# Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis

§ 5º O Prefeito Municipal poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não emitido a parecer pela comissão de orçamento e finanças, da parte cuja alteração será proposta.

§ 6º Os projetos de lei do Plano Plurianual, de Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual, serão enviados à Câmara Municipal pelo Poder Executivo, observando os seguintes prazos: <sup>56</sup>

I - O Projeto do Plano Plurianual deverá ser enviado à Câmara pelo Poder Executivo até o dia 31 de agosto do primeiro ano do mandato executivo;

II - O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias deverá ser enviado à Câmara pelo Poder Executivo até o dia 30 de abril de cada ano.

III - O Projeto de Lei do Orçamento Anual deverá ser enviado à Câmara pelo Poder Executivo até o dia 30 de setembro de cada ano.

§ 7º Aplicam - se aos projetos referidos neste artigo, no que não contrariar o disposto nesta seção, as demais normas relativas ao processo legislativo.

§ 8º Os recursos, que em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais com prévia e específica autorização legislativa.

## **Seção IV Da Execução Orçamentária**

**Art. 121.** A execução do orçamento do Município refletir-se-á na obtenção de suas receitas próprias, transferidas e outras, bem como na utilização das dotações consignadas às despesas para a execução dos programas neles determinados, observado sempre o princípio do equilíbrio.

**Art. 122.** O Prefeito Municipal fará publicar até 30(trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

**Art. 123.** As alterações orçamentárias durante o exercício representar-se-ão:

I – pelos créditos adicionais, suplementares, especiais e extra - ordinários;

II – pelos remanejamentos, transferências e transposições de recursos de uma categoria de programação para outra.

**Parágrafo único.** O remanejamento, a transferência e a transposição somente realizar-se-ão quando autorizados em lei específica que contenha a justificativa.

**Art. 124.** Na efetivação dos empenhos sobre as dotações fixadas para cada despesa será emitido documento Nota de Empenho, que conterá as características já determinadas nas normas gerais de Direito Financeiro.

§ 1º Fica dispensada a emissão da Nota de Empenho nos seguintes casos:

I – despesas relativas a pessoal e seus encargos;

II – contribuições para o PASEP;

III – amortização, juros e serviços de empréstimos e financiamentos obtidos;

IV – despesas relativas a consumo de água, energia elétrica, utilização dos serviços de telefones, postais e telegráficos e outros que vierem a ser definidos por atos normativos próprios.

§ 2º Nos casos previstos no parágrafo anterior, os empenhos e os procedimentos de contabilidade terão a base legal dos próprios documentos que originem o empenho.

<sup>56</sup> Alterado o § 6º do art. 120 e inclusos incisos I, II e III, conforme Emenda à LOM nº 17/2006.



# **Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis**

## **Seção V Da Gestão da Tesouraria**

**Art. 125.** As receitas e as despesas orçamentárias serão movimentadas através de caixa único, regularmente instituídas.

**Parágrafo único.** A Câmara Municipal poderá ter sua própria tesouraria, por onde movimentará os recursos que lhe forem liberados.

**Art. 126.** As disponibilidades de caixa do Município e de suas entidades de Administração indireta, inclusive dos fundos especiais e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, serão depositadas em instituições financeiras.

**Parágrafo único.** As arrecadações das receitas próprias do Município e de suas entidades de Administração indireta poderão ser feitas através da rede bancária mediante convênio.

**Art. 127.** Poderá ser constituído regime de adiantamento em cada uma das unidades da Administração direta, nas autarquias, nas fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal e na Câmara Municipal para ocorrer às despesas miúdas de pronto pagamento definidas em lei.

## **Seção VI Da Organização Contábil**

**Art. 128.** A contabilidade do Município obedecerá, na organização de seu sistema administrativo e informativo e nos seus procedimentos, aos princípios fundamentais de contabilidade e às normas estabelecidos na legislação pertinente.

**Art. 129.** A Câmara Municipal poderá ter a sua própria contabilidade.

**Parágrafo único.** A contabilidade da Câmara Municipal encaminhará as suas demonstrações até o dia (quinze) de cada mês, para fins de incorporação à contabilidade central da Prefeitura.

## **Seção VII Das Contas Municipais**

**Art. 130.** Até 60 (sessenta) dias após o início da sessão legislativa de cada ano, o Prefeito Municipal encaminhará ao Tribunal de Contas do Estado ou órgão equivalente as contas do Município, que se compõem de:

**I** – demonstrações contábeis, orçamentárias e financeiras de Administração direta e indireta, inclusive os fundos especiais e das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

**II** – demonstrações contábeis, orçamentárias e financeiras consolidadas dos órgãos da Administração direta e dos fundos especiais, das fundações e das autarquias, instituídos e mantidos pelo Poder Público Municipal;

**III** – demonstrações contábeis, orçamentárias e financeiras consolidadas das empresas municipais;

**IV** – notas explicativas às demonstrações de que trata este artigo;

**V** – relatório circunstanciado da gestão de recursos públicos municipais no exercício demonstrado.

## **Seção VIII Da Prestação e Tomada de Contas**

**Art. 131.** São sujeitos à tomada ou prestações de contas os agentes da Administração Municipal responsáveis por bens e valores pertencentes ou confiados à fazenda Pública Municipal.



# **Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis**

§ 1º O tesoureiro do Município ou servidor que exerça a função, fica obrigado á apresentação de boletim diário de tesouraria, que será afixado em local próprio na sede da Prefeitura Municipal.

§ 2º Os demais agentes municipais apresentarão as suas respectivas prestações de contas até 15(quinze) do mês subsequente àquele em que o valor tenha sido recebido.

## **Seção IX Do Controle Integrado**

**Art. 132.** Os Poderes Executivo e Legislativo manterão, der forma integrada, um sistema de controle interno, apoiado nas informações contábeis, com objetivo de:

**I** – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas do Governo Municipal;

**II** – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quando a eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nas entidades da Administração Municipal bem como a aplicação de recursos públicos municipais por entidades de direito privado;

**III** – exercer o controle dos empréstimos e dos financiamentos, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município.

## **CAPÍTULO VI Da Administração dos Bens Patrimoniais**

**Art. 133.** Compete ao Prefeito Municipal a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quanto àqueles empregados nos serviços desta.

**Art. 134.** A alienação dos bens municipais se fará de conformidade e legislação pertinente.

**Art. 135.** A aquisição de bens pelo Poder Público Municipal, será precedida de processo licitatório, observando - se as legislações federal e estadual pertinentes.

**Art. 136.** A afetação e a desafetação de bens municipais dependerá de lei.

**Parágrafo único.** As áreas transferidas ao Município em decorrência da aprovação de loteamentos serão consideradas bens dominiais enquanto não se efetivarem benfeitorias que lhe dêem outra destinação.

**Art. 137.** O uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, conforme o interesse público a exigir.

**Parágrafo único.** O Município poderá ceder seus bens a outros entes públicos, inclusive os da Administração indireta, desde que atendido o interesse público.

**Art. 138.** O Município poderá ceder a particulares, para serviços de caráter transitório, conforme regulamentação a ser expedida pelo Prefeito Municipal, máquinas e operadores da Prefeitura, desde que os serviços da municipalidade não sofram prejuízo e o interessado recolha, previamente, a remuneração arbitrada e assine termo de responsabilidade pela conservação e devolução dos bens cedidos.

**Art. 139.** A concessão administrativa dos bens municipais de uso especial e dominial dependerá de lei e de licitação e far-se-á mediante contrato por prazo determinado, sob pena de nulidade do ato.

§ 1º A licitação poderá ser dispensada nos casos permitidos na legislação aplicável.

§ 2º A permissão, que poderá incidir sobre qualquer bem público será feita mediante licitação, a título precário e por decreto.



# **Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis**

§ 3º A autorização que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita por portaria, para atividades ou usos específicos e transitórios.

**Art. 140.** Nenhum servidor será dispensado, transferido ou exonerado, ou terá aceitado seu pedido de exoneração ou rescisão sem que o órgão responsável pelo controle de bens patrimoniais da Prefeitura ou da Câmara ateste que o mesmo devolveu os bens móveis do Município que estavam sob sua guarda.

**Art. 141.** O órgão competente do Município será obrigado, independentemente de despacho de qualquer autoridade, a abrir inquérito e a propor, se for o caso, a competente ação civil e comunicar a autoridade competente a infração penal, contra qualquer servidor, sempre que forem apresentadas denúncias contra o extravio ou danos de bens municipais.

**Art. 142.** O Município, preferentemente à venda ou à doação de bens imóveis, concederá direito real de uso, mediante concorrência.

**Parágrafo único.** A concorrência poderá ser dispensada quando o uso se destinar a concessionário de serviço público, a entidades assistenciais, ou verificar-se relevante interesse público na concessão, devidamente justificado.

## **CAPÍTULO VII Das Obras e Serviços Públicos**

**Art. 143.** É de responsabilidade do Município, mediante licitação e de conformidade com os interesses e as necessidades da população, prestar serviços públicos, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, bem como realizar obras públicas, podendo contratá-las com particulares através de processo licitatório.

**Art. 144.** As licitações realizadas pelo Município para execução de obras e serviços públicos, serão procedidas com observância das legislações federal e estadual pertinentes.

**Art. 145.** Nenhuma obra pública salvo os casos de extrema urgência devidamente justificados, será realizada sem que conste:

- I – o respectivo projeto;
- II – o orçamento do seu custo;
- III – a indicação de recursos financeiros para o atendimento das respectivas despesas;
- IV – a viabilidade do empreendimento, sua conveniência e oportunidade para o interesse público;
- V – os prazos para seu início e término.

**Parágrafo único.** O Poder Executivo deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, a execução de obra pública licitada, disponibilizando, aos Vereadores, o acesso ao respectivo projeto.<sup>57</sup>

**Art. 146.** A concessão ou permissão de serviços públicos somente será efetivada com a autorização da Câmara Municipal e mediante contrato, precedido de licitação.

§ 1º Serão nulas de pleno direito as concessões e as permissões, bem como qualquer autorização para a exploração de serviço público, feitas em desacordo ao estabelecido neste artigo.

§ 2º Os serviços concedidos ou permitidos ficarão sujeitos à regulamentação e à fiscalização da Administração Municipal, cabendo ao Prefeito Municipal aprovar as tarifas respectivas.

---

<sup>57</sup> Incluído o parágrafo único no art. 145, conforme Emenda nº 20/2008





# **Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis**

**Art. 147.** Os usuários estarão representados nas entidades prestadoras de serviço público na forma que dispuser a legislação municipal, assegurando - se sua participação em decisões relativas a:

- I** – planos e programas de expansão dos serviços;
- II** – revisão da base de cálculo dos custos operacionais;
- III** – política tarifária;
- IV** – nível de atendimento da população em termos de quantidade e qualidade;
- V** – mecanismo para atenção de pedidos e reclamações dos usuários, inclusive para apuração de danos causados a terceiros.

**Parágrafo único.** Em se tratando de empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, a obrigatoriedade mencionada neste artigo deverá constar do contrato de concessão ou permissão.

**Art. 148.** As entidades prestadoras de serviços públicos são obrigadas, pelo menos uma vez no ano, a dar divulgação de suas atividades, informando, em especial, sobre os planos de expansão, aplicação de recursos financeiros e a realização de programas de trabalho.

**Art. 149.** Nos contratos de concessão ou permissão de serviços públicos estabelecer-se-ão, entre outros:

- I** – os direitos dos usuários, inclusive as hipóteses de gratuidade;
- II** – as regras para a remuneração do capital é para garantir o equilíbrio econômico e financeiro do contrato;
- III** – as normas que possam comprovar eficiência no atendimento do interesse público, bem como permitir a fiscalização pelo Município, de modo a manter o serviço contínuo, adequado e acessível;
- IV** – as regras para orientar a revisão periódica das bases de cálculo dos custos operacionais e da remuneração do capital, ainda que estipulada em contrato anterior;
- V** – a remuneração dos serviços prestados aos usuários diretos, assim como a possibilidade de cobertura dos custos por cobranças a outros agentes beneficiados pela existência de serviços;
- VI** - as condições de prorrogação, caducidade, rescisão e reversão da concessão ou permissão.

**Parágrafo único.** Na concessão ou permissão de serviços públicos, o Município reprimirá qualquer forma de abuso do poder econômico, principalmente as que visem à dominação do mercado, à exploração monopolista e ao aumento abusivo dos lucros.

**Art. 150.** O Município poderá revogar a concessão ou permissão dos serviços que forem executados em desconformidade ao contrato ou ato pertinente, bem como daqueles que se revelarem manifestamente insatisfatórios para os atendimentos dos usuários.

**Art. 151.** As licitações para a concessão ou a permissão de serviços públicos deverão ser precedidas de ampla publicidade.

**Art. 152.** As tarifas dos serviços públicos prestados diretamente pelo Município ou por órgãos de sua administração descentralizada serão fixadas pelo Prefeito Municipal, cabendo à Câmara Municipal, definir os serviços que serão remunerados pelo custo, acima do custo e abaixo do custo, tendo em vista seu interesse econômico e social.

**Parágrafo único.** Na formação do custo dos serviços de natureza industrial computar-se-ão, além das despesas operacionais e administrativas, as reservas para depreciação e reposição dos equipamentos e instalações, bem como previsão para expansão de serviços.

**Art. 153.** O Município poderá consorciar - se com outros municípios para a realização de obras ou prestações de serviços públicos de interesse comum.

**Parágrafo único.** O Município deverá propiciar meios para criação, nos consórcios, de órgão consultivo constituído por cidadãos não pertencentes ao serviço público municipal.



# **Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis**

**Art. 154.** Ao Município é facultado conveniar com a União ou com o Estado a prestação de serviços públicos de sua competência privativa, quando lhe faltarem recursos técnicos e financeiros para a execução do serviço em padrões adequados, ou quando houver interesse mútuo para a celebração do convênio.

**Parágrafo único.** Na celebração de convênios de que se trata este artigo deverá o Município:

- I** – propor os planos de expansão dos serviços públicos;
- II** – propor critérios para a fixação de tarifas;
- III** – realizar avaliação periódica da prestação dos serviços.

**Art. 155.** A criação pelo Município de entidade de Administração indireta para a execução de obras ou prestação de serviços públicos só será permitida caso a entidade possa assegurar sua auto sustentação financeira.

**Art. 156.** Os órgãos colegiados das entidades de administração indireta do Município terão a participação obrigatória de um representante de seus servidores, eleito por estes mediante voto direto e secreto, conforme regulamentação a ser expedida por ato do Prefeito Municipal.

## **CAPÍTULO VIII Dos Distritos**

### **Seção I Disposições Gerais**

**Art. 157.** O Município poderá dividir-se, para fins administrativos, em distritos a serem criados, organizados, suprimidos ou fundidos por lei após consulta plebiscitária à população diretamente interessada, observada a legislação estadual e o atendimento aos requisitos estabelecidos no Art.158, desta Lei Orgânica.

§ 1º A criação do Distrito poderá efetuar - se mediante fusão de dois ou mais Distritos, que serão suprimidos, sendo dispensada, nesta hipótese, a verificação dos requisitos do Art.158, desta Lei Orgânica.

§ 2º O Distrito terá nome da respectiva sede, cuja categoria será a de vila.

§ 3º A extinção do Distrito somente efetuar-se-á mediante consulta plebiscitária à população da área interessada.

**Art. 158.** São requisitos para a criação de Distrito:

**I** – população, eleitorado e arrecadação não inferior à quinta parte exigida para a criação do Município;

**II** – existência, na povoação - sede, de pelo menos, 50(cinquenta) moradias, escola pública, postos de saúde e policial.

**Parágrafo único.** A comprovação do atendimento às exigências enumeradas neste artigo far-se-á mediante:

a) declaração emitida pela Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, de estimativa de população;

b) certidão, emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral, certificando o número de eleitores;

c) certidão, emitida pelo agente municipal de estatística ou pela repartição fiscal do Município, certificando o número de moradias;



# **Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis**

d) certidão do órgão fazendário estadual e do municipal certificando a arrecadação na respectiva área territorial;

e) certidão, emitida pela Prefeitura Municipal ou pelas Secretárias da Educação, de Saúde e de Segurança Pública do Estado, certificando a existência da escola pública e dos postos de saúde e policial na povoação - sede.

**Art. 159.** Na fixação das dívidas distritais serão observadas as seguintes normas:

**I** – evitar-se-ão, tanto quanto possível formas assimétricas, estrangulamentos e alongamentos exagerados;

**II** – dar-se-á preferência, para a delimitação, às linhas naturais facilmente identificáveis;

**III** – na inexistência de linhas naturais, utilizar-se-á linha reta, cujos extremos, pontos naturais ou não, sejam facilmente identificáveis e tenham condições de fixidez;

**IV** – é vedada a interrupção de continuidade territorial do Município ou Distrito de origem;

**Parágrafo único.** As divisas distritais serão descritas trecho a trecho, salvo, para evitar duplicidade, nos trechos que coincidirem aos limites municipais.

**Art. 160.** A alteração de divisão administrativa do Município somente poderá ser feita quadrienalmente no ano anterior ao das eleições municipais.

**Art. 161.** A instalação do Distrito far-se-á perante o Juiz de Direito da Comarca, na sede do Distrito.

## **Seção II**

### **Do Administrador Distrital**

**Art. 162.** O Administrador Distrital, nomeado pelo Prefeito Municipal, terá a remuneração que for fixada na legislação municipal.

**Parágrafo único.** Criado o Distrito, fica o Prefeito Municipal autorizado a criar o respectivo cargo de Administrador Distrital.

**Art. 163.** Compete ao Administrador Distrital:

**I** – executar e fazer executar, na parte que lhe couber, as leis e os demais atos emanados dos Poderes competentes;

**II** – coordenar e supervisionar os serviços públicos distritais de acordo ao que for estabelecido nas leis e nos regulamentos;

**III** – propor ao Prefeito Municipal a admissão e dispensa dos servidores lotados na Administração Distrital;

**IV** – prestar contas das importâncias recebidas para fazer face às despesas da Administração Distrital, observadas as normas legais;

**V** – promover a manutenção dos bens públicos municipais localizados no Distrito;

**VI** – prestar as informações que lhe forem solicitadas pelo Prefeito Municipal ou pela Câmara Municipal;

**VII** – solicitar ao Prefeito as providências necessárias á boa administração do Distrito;

**VIII** – executar outras atividades que lhe forem cometidas pelo Prefeito Municipal e pela legislação pertinente.

## **CAPÍTULO IX**

### **Do Planejamento Municipal**

#### **Seção I**

#### **Disposições Gerais**



# **Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis**

**Art. 164.** O Governo Municipal manterá processo permanente de planejamento, visando promover o desenvolvimento do Município, o bem estar da população e a melhoria da prestação dos serviços públicos municipais.

**Parágrafo único.** O desenvolvimento do Município terá por objetivo a realização plena de seu potencial econômico e a redução das desigualdades sociais no acesso aos bens e serviços, respeitadas as vocações, as peculiaridades e as culturas locais e preservado o seu patrimônio ambiental, natural e construído.

**Art. 165.** O processo de planejamento municipal deverá considerar os aspectos técnicos e políticos envolvidos na fixação de objetivos, diretrizes e metas para a ação municipal, propiciando que autoridades, técnicos de planejamento, executores e representantes da sociedade civil participem dos debates sobre os problemas locais e as alternativas para o seu enfrentamento, buscando conciliar interesses e solucionar conflitos.

**Art. 166.** O planejamento municipal deverá orientar-se pelos seguintes princípios básicos:

- I – democracia e transparência no acesso às informações disponíveis;
- II – eficiência e eficácia na utilização dos recursos financeiros, técnicos e humanos disponíveis;
- III – complementaridade e integração de políticas, planos e programas setoriais;
- IV – viabilidade técnica e econômica das proposições, avaliada a partir do interesse social da solução e dos benefícios públicos;
- V – respeito à adequação da realidade local e regional e consonância com os planos e programas estaduais e federais existentes.

**Art. 167.** A elaboração e a execução dos planos e dos programas do Governo Municipal obedecerão as diretrizes do plano diretor e terão acompanhamento e avaliação permanentes, de modo a garantir o seu êxito e assegurar sua continuidade no horizonte de tempo necessário.

**Art. 168.** O planejamento das atividades do Governo Municipal obedecerá às diretrizes deste capítulo e será feito por meio de elaboração e manutenção atualizada, entre outros, dos seguintes instrumentos:

- I – plano diretor;
- II – plano de governo;
- III – lei de diretrizes orçamentárias;
- IV - orçamento anual
- V – plano plurianual.

**Art. 169.** Os instrumentos de planejamento municipal mencionados no artigo anterior deverão incorporar as propostas constantes dos planos e dos programas setoriais do Município, dadas as suas implicações para o desenvolvimento local.

## **Seção II Da Cooperação das Associações no Planejamento Municipal**

**Art. 170.** O Município buscará, por todos os meios ao seu alcance, a cooperação das associações representativas no planejamento municipal.

**Parágrafo único.** Para fins de artigo, entende-se como associação representativa qualquer grupo organizado de fins lícitos, que tenha legitimidade para representar seus filiados independentemente de seus objetivos ou natureza jurídica.

## **CAPÍTULO X Da Ordem Econômica, Social e da Segurança Pública Seção I**



# **Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis**

## **Disposições Gerais**

**Art. 171.** O Município dentro de sua competência organizará a ordem econômica e social, conciliando a liberdade de iniciativa com os superiores interesses da coletividade.

**Art. 172.** A intervenção do Município, no domínio econômico, terá por objetivo estimular e orientar a produção, defender os interesses do povo e promover a justiça e solidariedade social.

**Art. 173.** O trabalho é obrigação social, garantido a todos o direito ao emprego e a justa remuneração, que proporcione existência digna na família e na sociedade.

**Art. 174.** O Município considerará o capital não apenas como instrumento produtor de lucro, mas também como meio de expansão econômica e de bem estar coletivo.

**Art. 175.** O Município assistirá os trabalhadores rurais e suas organizações legais, procurando proporcionar-lhes, entre outros benefícios, meios de produção e de trabalho, crédito fácil e preço justo, saúde e bem estar social.

**Parágrafo único.** São isentas de impostos as respectivas Cooperativas.

**Art. 176.** O município poderá manter órgãos especializados, incumbidos de exercer ampla fiscalização dos serviços públicos por ele concedidos e de revisão de suas tarifas.

**Parágrafo único.** A fiscalização de que trata este artigo compreende a exame contábil e as perícias necessárias a apuração das inversões de capital e dos lucros auferidos pelas empresas concessionárias.

**Art. 177.** O Município dispensará a micro - empresa e à empresa de pequeno porte, assim definidas em Lei Federal, tratamento jurídico diferenciado, visando incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias ou pela eliminação ou redução destas, por meio da lei.

## **Seção II Da Política Econômica**

**Art. 178.** O Município promoverá o seu desenvolvimento econômico, agindo de modo que as atividades econômicas realizadas em seu território contribuam para elevar o nível de vida e o bem - estar da população local, bem como para valorizar o trabalho humano.

**Parágrafo único.** Para a consecução do objetivo mencionado neste artigo, o Município atuará de forma exclusiva ou em articulação com a União ou com o Estado.

**Art. 179.** Na promoção do desenvolvimento econômico, o Município agirá, sem prejuízos de outras iniciativas, no sentido de:

- I** – fomentar a livre iniciativa;
- II** – privilegiar a criação de empregos;
- III** – utilizar tecnologias de uso intensivo de mão-de-obra;
- IV** – racionalizar a utilização de recursos naturais;
- V** – proteger o meio - ambiente;
- VI** – proteger os direitos dos usuários dos serviços públicos e dos consumidores;
- VII** – dar tratamento diferenciado à pequena produção artesanal ou mercantil, às microempresas e às pequenas empresas locais, considerando sua contribuição para a democratização de oportunidades econômicas, inclusive para grupos sociais mais carentes;
- VIII** – estimular o associativismo, o cooperativismo e as microempresas;
- IX** – eliminar entraves burocráticos que possam limitar o exercício da atividade econômica;



# **Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis**

X – desenvolver ação direta ou reivindicativa junto a outras esferas de governo, de modo a que sejam entre outros, efetivados:

- a) assistência médica;
- b) crédito especializado ou subsidiado;
- c) estímulos fiscais e financeiros;
- d) serviços de suporte informativo ou de mercado.

**Art. 180.** É de responsabilidade do Município, no campo de sua competência, a realização de investimentos para formar e manter a infra-estrutura básica capaz de atrair, apoiar ou incentivar o desenvolvimento de atividades produtivas, seja diretamente ou mediante delegação do setor privativo para este fim.

**Parágrafo único.** A atuação do Município dar-se-á, inclusive, no meio rural, para a fixação de contingentes populacionais, possibilitando - lhes acesso aos meios de produção e geração de renda, e estabelecendo a necessária infra-estrutura destinada a viabilizar este propósito.

**Art. 181.** O Município poderá consorciar-se com outras municipalidades com vistas ao desenvolvimento de atividades econômicas de interesse comum, bem como integrar-se em programas de desenvolvimento regional a cargo de outras esferas de Governo.

**Art. 182.** O Município desenvolverá esforços para proteger o consumidor através de:

I – orientação gratuita de assistência jurídica, independentemente da situação social e econômica do reclamante;

II – criação de órgãos no âmbito da Prefeitura ou da Câmara Municipal para defesa do consumidor;

III – atuação coordenada com a União e o Estado.

**Art. 183.** O Município dispensará tratamento jurídico diferenciado à microempresa e à empresa de pequeno porte, assim definida em legislação municipal.

**Art. 184.** Às microempresas e às empresas de pequeno porte municipais serão concedidos os seguintes favores fiscais:

I – isenção de impostos sobre serviços de qualquer natureza – ISS;

II – isenção de taxa de licença para a localização de estabelecimento;

III – dispensa de escrituração dos livros fiscais estabelecidos pela legislação tributária do Município, ficando obrigadas a manter arquivada a documentação relativa aos atos negociais que praticarem ou em que intervirem;

IV – autorização para utilizarem modelo simplificado de notas fiscais de serviços ou cupom de máquina registradora, na forma definida por instrução do órgão fazendário da Prefeitura.

**Parágrafo único.** O tratamento diferenciado previsto neste artigo será dado aos contribuintes citados, desde que atendam às condições estabelecidas na legislação específica.

**Art. 185.** O Município, em caráter precário e por prazo limitado em ato do Prefeito, permitirá as microempresas se estabelecerem na residência de seus titulares, desde que não prejudiquem as normas ambientais, de segurança, de silêncio, de trânsito e de saúde pública.

**Parágrafo único.** As microempresas, desde que trabalhadas exclusivamente pela família, não terão seus bens ou de seus proprietários sujeito à penhora pelo Município para pagamento de débito decorrente de sua atividade produtiva.

**Art. 186.** Fica assegurada às microempresas ou de pequeno porte a simplificação ou de eliminação, através de ato do Prefeito, de procedimentos administrativos em seu relacionamento à Administração Municipal, direta ou indireta, especialmente em exigências relativas as licitações.



# **Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis**

**Art. 187.** Os portadores de deficiência física e de limitação sensorial, assim como as pessoas idosas, terão prioridade para exercer o comércio eventual ou ambulante no Município.

## **Seção III Da Política Urbana**

**Art. 188.** Seguindo os princípios dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal e os artigos 180 a 183 da Constituição Estadual, o Poder Público Municipal estabelecerá o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, objetivando o bem estar de seus habitantes, respeitando-se:

- I** – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, aprovado pela Câmara Municipal;
- II** – lei de zoneamento, determinando áreas residenciais, comerciais, industriais, mistas e de lazer, com as devidas restrições a serem previstas em lei especial.

## **Seção IV Da Política Rural**

**Art. 189.** A atuação do Município na zona rural terá como principais objetivos:

- I** – oferecer meios para assegurar ao pequeno produtor e trabalhador rural condições de trabalho e de mercados para os produtos, a rentabilidade dos empreendimentos e melhoria do padrão de vida de família rural;
- II** – garantir o escoamento da produção, sobretudo o abastecimento alimentar;
- III** – garantir a utilização racional dos recursos naturais.

**Art. 190.** Como principais instrumentos para o fomento da produção da zona rural, o Município utilizará a assistência técnica, a extensão rural, o armazenamento, o transporte, o associativismo e a divulgação das oportunidades de crédito e de incentivos fiscais.

## **Seção V Da Saúde**

**Art. 191.** Sempre que possível, o Município promoverá:

- I** – formação de consciência sanitária individual nas primeiras idades, através de ensino primário;
- II** – serviços hospitalares e dispensários, cooperando com a União e com o Estado, bem como as iniciativas particulares e filantrópicas;
- III** – combate as moléstias específicas, contagiosas e infecto - contagiosas;
- IV** – combate ao uso de tóxicos;
- V** – serviços de assistência à maternidade e à família;
- VI** – serviços de atendimento e assistência médica nos bairros de zona rural do

Município.

**Parágrafo único.** Compete ao Município complementar, se necessário, a legislação federal e a estadual que disponham sobre a regulamentação, fiscalização e controle das ações e serviços de saúde, que constituem um sistema único.

**Art. 192.** A inspeção médica, nos estabelecimentos de ensino municipal terá caráter obrigatório.

**Art. 193.** O Município cuidará do desenvolvimento das obras e serviços relativos ao saneamento e urbanismo, com a assistência da União e do Estado, sob condições estabelecidas na lei complementar federal.

## **Seção VI Da Educação, da Cultura e do Desporto**



**Art. 194.** O ensino ministrado nas escolas municipais será gratuito.

**Art. 195.** O Município manterá:

**I** – ensino fundamental, obrigatório, inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria;

**II** – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência física e mental, diretamente ou através de subsídios a entidades especializadas ou de convênios com essas mesmas entidades.<sup>58</sup>

**III** – atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos de idade;

**IV** – ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

**V** – atendimento ao educando, no ensino fundamental, por meio de programas suplementares de fornecimento de material didático, transporte escolar, alimentação e assistência à saúde;

**Art. 196.** O Município promoverá, anualmente, o recenseamento da população escolar e fará a chamada dos educandos.

**Art. 197.** O Município zelará, por todos os meios ao seu alcance, pela permanência do educando na escola.

**Art. 198.** O Calendário escolar municipal será flexível e adequado às peculiaridades climáticas e as condições sociais e econômicas dos alunos.

**Art. 199.** Os currículos escolares serão adequados às peculiaridades do Município e valorização a sua cultura e seu patrimônio histórico, artístico cultural e ambiental.

**Art. 200.** O Município não manterá escolas de segundo grau até que sejam todas as crianças de idade até 14 (catorze) anos atendidas, bem como não manterá nem subvencionará estabelecimentos de ensino superior.

**Art. 201.** O Município aplicará anualmente, nunca menos de 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos e das transferências recebidas do Estado e da União na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

**Parágrafo único.** Serão considerados gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino, entre outros os seguintes casos:<sup>59</sup>

**I** – financiamento do sistema municipal do ensino na área da pré-escola;<sup>60</sup>

**II** – colaboração financeira com o sistema estadual de ensino fundamental;<sup>61</sup>

**III** – programa de alfabetização de jovens e adultos;<sup>62</sup>

**IV** – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência física ou mental, na forma do Art.195, inciso II, desta Lei Orgânica.<sup>63</sup>

**Art. 202.** O Município no exercício de sua competência:

**I** – apoiará as manifestações da cultura local;

<sup>58</sup> Alterado Inciso II do art.195, conforme redação dada pela Emenda nº 10/2001

<sup>59</sup> Incluso parágrafo único no art. 201, conforme Emenda nº 10/2001

<sup>60</sup> Incluso Inciso I ao parágrafo único do art. 201, conforme Emenda nº 10/2001

<sup>61</sup> Incluso Inciso II ao parágrafo único do art. 201, conforme Emenda nº 10/2001

<sup>62</sup> Incluso Inciso III ao parágrafo único do art. 201, conforme Emenda nº 10/2001

<sup>63</sup> Incluso Inciso IV ao parágrafo único do art. 201, conforme Emenda nº 10/2001





# **Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis**

**II** – protegerá, por todos os meios de seu alcance, obras, objetos documentos e imóveis de valor histórico, artístico, cultural e paisagístico.

**Art. 203.** O Município fomentará as práticas desportivas, especialmente nas escolas a ele pertencente.

**Art. 204.** É vedado ao Município a subvenção de entidades desportivas profissionais.

**Art. 205.** O Município incentivará o lazer como forma de promoção social.

**Art. 206.** O Município deverá estabelecer e implantar políticas de educação para segurança do trânsito, em articulação com o Estado.

## **Seção VII**

### **Da Previdência e Assistência Social**

**Art. 207.** O Município, dentro de sua competência regulará o serviço social, favorecendo o coordenamento as iniciativas particulares que visem a este objetivo.

**§ 1º** Caberá ao Município promover e executar as obras que, por sua natureza e extensão, não possam ser atendidas pelas instituições de caráter privado.

**§ 2º** O plano de assistência social do Município nos termos que a lei estabelecer, terá por objetivo a correção dos desequilíbrios do sistema social e a recuperação dos elementos desajustados, visando a um desenvolvimento social harmônico, consoante previsto no Art.203 da Constituição Federal.

**Art. 208.** Compete ao Município suplementar, se for o caso, os planos de previdência social, estabelecidos na Lei Federal.

## **Seção VIII**

### **Do Meio Ambiente**

**Art. 209.** Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

**Parágrafo único.** Para assegurar efetividade a este direito, o Município deverá articular-se com os órgãos estaduais, regionais e federais competentes e ainda, quando for o caso, com outros Municípios, objetivando a solução de problemas comuns relativos à proteção ambiental.

**Art. 210.** O Município poderá atuar mediante planejamento, controle e fiscalização das atividades públicas ou privadas, causadoras efetivas ou potenciais de alterações significativas no meio ambiente.

**Art. 211.** O Município, ao promover a ordenação de seu território, definirá zoneamento e diretrizes gerais de ocupação que assegurem a proteção dos recursos naturais, em consonâncias com o disposto na legislação estadual pertinente.

**Art. 212.** A política urbana do Município e o seu plano diretor de desenvolvimento integrado deverão contribuir para a proteção do meio ambiente, através da adoção de diretrizes adequadas de uso e ocupação do solo urbano.

**Art. 213.** Nas licenças de parcelamento, loteamento e localização o Município exigirá o cumprimento da legislação de proteção ambiental emanada da União e do Estado.

**Art. 214.** As empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos deverão atender rigorosamente aos dispositivos de proteção ambiental em vigor, sob a pena de não ser renovada a concessão ou permissão pelo Município.



# **Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis**

**Art. 215.** O Município assegurará a participação das entidades representativas da comunidade no planejamento e na fiscalização de proteção ambiental, garantindo o amplo acesso dos interessados às informações sobre as fontes de poluição e degradação ambiental ao seu dispor.

## **Seção IX**

### **Da Guarda Municipal**

**Art. 216.** O Município poderá constituir guarda municipal, destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações e, nos termos do Art.144, *caput* da Constituição Federal, em concurso com os demais órgãos públicos, à concorrer para a preservação da incolumidade pública e do patrimônio.

§ 1º A lei complementar de criação da guarda municipal disporá sobre acesso, direitos, deveres, vantagens e regime de trabalho, com base hierarquia e disciplina.

§ 2º A investidura nos cargos da guarda municipal far-se-á mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

## **TÍTULO VI**

### **Disposições Finais e Transitórias**

**Art. 217.** A Remuneração do Prefeito Municipal não poderá ser inferior à remuneração paga a um servidor do Município, na data de sua fixação.

**Art. 218.** Os recursos correspondentes às dotações destinadas à Câmara Municipal, inclusive os créditos suplementares e especiais, ser-lhe-ão entregues até o dia 20 (vinte) dias de cada mês, na forma que dispuser a lei complementar a que se refere o Art.165 §9º da Constituição Federal.

**Parágrafo único.** Até que seja editada a lei complementar referida neste artigo, os recursos da Câmara Municipal ser-lhe-ão entregues:

**I** – até o dia 20 (vinte) de cada mês, os destinados ao custeio da Câmara;

**II** – dependendo do comportamento da receita, os destinados às despesas de capital.

**Art. 219.** Nos 10 (dez) primeiros anos de promulgação da Constituição Federal, o Município desenvolverá esforços, com a mobilização de todos os setores organizados da sociedade e com a aplicação de pelo menos, 50%(cinquenta por cento) dos recursos a que se refere o Art.212 da Constituição Federal para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental, como determina o Art.60 das Disposições Constitucionais Transitórias.

**Art. 220.** A regra do Art.14, I desta Lei Orgânica, somente terá aplicação para a legislatura a iniciar-se em 1º de janeiro de 1993.

**Art. 221.** O Poder Público Municipal, encerrará esforços no sentido de que o Art.207 da Constituição Estadual seja aplicado o mais rapidamente possível.

**Art. 222.** O Município mandará imprimir esta Lei Orgânica para a distribuição nas escolas e entidades representativas da comunidade, gratuitamente, de modo que se faça a mais ampla divulgação do seu conteúdo.

**Art. 223.** Esta Lei Orgânica, aprovada pela Câmara Municipal de Joanópolis, será por ela promulgada e entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, Câmara Municipal de Joanópolis do Estado de São Paulo, em 03 de Abril de 1990.

Luiz Carlos Nassif - Presidente

Antonio Garcia da Costa - Vice-Presidente

Benedito Ignácio Giudice - 1º Secretário

Armando de Oliveira - 2º Secretário

José Aparecido de Souza Bueno - Vereador

Rua Francisco Wolhers, 146 – Centro – CEP 12.980-000 – CNPJ 00.950.072/0001-08

PABX: (11) 4888-9800 – JOANÓPOLIS – Estado de São Paulo.

e-mail: [cmjoanopolis@uol.com.br](mailto:cmjoanopolis@uol.com.br) – site: [www.camarajoanopolis.sp.gov.br](http://www.camarajoanopolis.sp.gov.br)



## **Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis**

Nelson Lopes - Vereador  
Sebastião Migliorini - Vereador  
Dalilo Bueno de Souza - Vereador  
Vera Sagraria Guimarães - Vereador  
João Carlos da Silva Torres - Vereador  
Luiz Custódio Pinto - Vereador